



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KAROLYNNE SOARES SOUSA

GUERRA FLUVIAL.
FORTIFICAÇÕES HOLANDESAZ NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ
(1615-1637)

São Luís
2017

KAROLYNNE SOARES SOUSA

**GUERRA FLUVIAL. fortificações holandesas no Maranhão e Grão-Pará
(1615-1637)**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em História da Universidade
Federal do Maranhão, para obtenção do grau
de Licenciatura em História.

Orientador: Prof^o. Dr. Alírio Cardoso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alírio Cardoso (Orientador)

Profa. Dra. Antônia da Silva Mota (UFMA)

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (UFMA)

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (Suplente - UFMA)

São Luís- MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Soares Sousa, Karolynne.

GUERRA FLUVIAL. : FORTIFICAÇÕES HOLANDESAS NO MARANHÃO
E GRÃO-PARÁ 1615-1637 / Karolynne Soares Sousa. - 2017.
54 f.

Orientador(a): Alírio Carvalho Cardoso.
Monografia (Graduação) - Curso de História,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Fortes holandeses. 2. Guerra. 3. Maranhão. 4.
Século XVII. I. Carvalho Cardoso, Alírio. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe Gisele e as minhas duas irmãs que sempre proporcionaram estrutura para que eu continuasse estudando.

Ao meu orientador Alírio Cardoso, que tem me acompanhado nessa trajetória, dando apoio e meios para que esta pesquisa se desenvolvesse.

À minha grande amiga Katiane, que está comigo sempre, nos momentos bons e ruins, por todas as vezes que me deu apoio e incentivo para que eu não desistisse dos meus objetivos.

Aos meus amigos de turma, Julio César, Talita, Nádia, Luís, Sâmia, Hemelita, Flaviomiro e Dryelle, que foram de extrema importância para que a árdua caminhada da graduação tivesse seus momentos de alegria, parceria e de construção de amizades que irei recordar sempre.

Aos meus professores da graduação, pois sem eles eu não teria chegado até aqui. As professoras Regina Faria, Maria da Glória, Maria Izabel e Antônia Mota; aos Professores João Bittencourt, Manoelzinho, Flávio Soares, Reinaldo.

RESUMO

A cronologia oficial da chamada Guerra do Brasil, assim reconhecida por parte da historiografia brasileira, vai da tentativa holandesa de invasão da Bahia (1624) até a retirada das tropas neerlandesas de Pernambuco (1654). Entretanto, bem antes deste marco consagrado, os holandeses desenvolviam atividades comerciais e militares nas terras entre a Guiana Francesa e o Maranhão. Ao longo da primeira metade do século XVII, essa atividade era apoiada por uma rede de fortes, fortalezas e casas fortificadas ao longo dos rios da região. Essas estruturas foram erguidas com técnicas híbridas, meio indígena, meio europeia e, também, contaram com o apoio logístico e a mão de obra de mercenários ingleses e irlandeses. A função primordial desta rede de fortes amazônicos era servir de apoio para a atividade corsária holandesa pelo Vice-reinado do Peru e Atlântico Norte. Portanto, compreender as vicissitudes da construção e manutenção destas estruturas no Maranhão, bem como o cotidiano de seus moradores, parece fundamental para aprofundar o debate acerca dos próprios motivos da conquista de São Luís e Belém (1615-1616), e a ampliação da fronteira luso-espanhola até as atuais Guianas.

Palavras-chave: Fortes holandeses; Século XVII; Guerra; Maranhão.

ABSTRACT

The official chronology of the so-called War of Brazil, thus recognized by Brazilian historiography, goes from the Dutch attempt to invade Bahia (1624) until the withdrawal of the Dutch troops from Pernambuco (1654). However, well before this consecrated mark, the Dutch developed commercial and military activities in the lands between French Guiana and Maranhão. Throughout the first half of the seventeenth century, this activity was supported by a network of forts, forts and fortified houses along the rivers of the region. These structures were erected with hybrid techniques, indigenous means, European milieu, and also had the logistic support and labor of English and Irish mercenaries. The primary function of this network of Amazonian forts was to support the Dutch corsair activity by the Vice-reign of Peru and the North Atlantic. Therefore, understanding the construction and maintenance of these structures in Maranhão, as well as the daily lives of its residents, seems important to deepen the debate about the reasons for the conquest of São Luís and Belém (1615-1616), and the expansion of the border Portuguese to the present-day Guianas.

Keywords: Dutch forts; XVII century; War; Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. AMÉRICA PORTUGUESA: Guerra e sociedade moderna	16
1. Guerra e Revolução Militar	16
2. Os fundamentos da estrutura militar na América portuguesa.....	19
3. As alianças indígenas.....	22
2. ESTADO DO MARANHÃO: reinvenção da guerra	25
1. Estado do Maranhão: Fronteiras e guerra no século XVII	25
2. Participação indígena em guerras na Amazônia portuguesa no século XVII ...	29
3. Fortificações no Estado do Maranhão	30
3. FORTIFICAÇÕES NO MARANHÃO: Portuguesas e holandesas.....	32
1. Rios fortificados.....	32
2. Fortificações holandesas	36
3. Os índios fortificados.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
FONTES E BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

Esta monografia surgiu a partir da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, cujo plano de trabalho era intitulado: “Fortes holandeses no Maranhão e Grão-Pará antes da Guerra do Brasil (1598-1630)”, inserido no projeto “Pax hispânica e guerra indígena: Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte na guerra global aos holandeses”, coordenado pelo prof. Dr. Alírio Cardoso. Esta pesquisa está inserida nas tendências historiográficas conhecidas como História Militar¹, e *Atlantic History*², cuja bibliografia foi fundamental para desenvolvimento das reflexões que propomos aqui.

O recorte temático escolhido trata sobre a relação entre neerlandeses³ e índios e a construção de fortificações no Maranhão, Grão-Pará e do Cabo do Norte, território que poderia ser chamado de *Amazônia portuguesa*, no período da guerra hispano-holandesa.⁴ O recorte temporal escolhido compreende os anos de 1615 até 1637, período em que a guerra mundial entre neerlandeses e espanhóis está na sua fase mais internacional.⁵ Uma das consequências da guerra nas capitânicas do norte da América portuguesa foi a construção de fortificações holandesas ao longo dos rios Xingu e Amazonas que funcionavam de forma ativa com o auxílio intenso de nações indígenas. O ano de 1615 foi escolhido, primeiramente, devido o período ser bem movimentado na documentação hispano-lusa por conta do melhor conhecimento que os portugueses têm de fortificações neerlandesas na Amazônia, e de como era intensa a comercialização com os índios. Já o ano de 1637, é de suma importância, pois é designado como o início das manobras militares mais efetivas dos neerlandeses no Maranhão com a tomada da fortaleza na capitania do Ceará. Entretanto, a presença batava deve ser

¹ Tendo como principais autores: Geoffrey Parker, Russel-Wood, John Elliot, David Parrot.

² Tendo como principais autores: Serge Gruzinski e Sanjay Subrahmanyam.

³ O adjetivo neerlandês será utilizado neste trabalho para designar os naturais dos Países Baixos. Utilizaremos também o termo holandês ou batavo para denominar habitantes do mesmo lugar.

⁴ Ver mais: BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlântico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafío Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23.

⁵ Ver sobre mais em: CARDOSO, Alírio. Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 33-72; RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Alégis: DIFEL. 1992.

pensada muito antes da conquista de 1641 (ano da chegada da frota neerlandesa à cidade de São Luís), tal como veremos.⁶

Entre os anos de 1580 e 1640 ocorreu o que a historiografia designou chamar de União Ibérica. Foi uma união político-administrativa entre os reinos de Portugal e Espanha. O Estado do Maranhão, pela sua situação fronteiriça, acaba experimentando essas mudanças ocorridas no mundo português ao longo de todo período em que a casa de Habsburgo governou.⁷ Assim, o domínio sobre o território compreendido como “Maranhão” deve ser entendido a partir de um quadro de interesses castelhanos em áreas portuguesas atlânticas, principalmente no século XVII. A capitania do Maranhão era considerada como a última fronteira do que se compreendia como América portuguesa e as Índias castelhanas na faixa do Atlântico Norte. Essa região era um espaço de fronteira de suma importância para os interesses de países europeus, principalmente, portugueses, espanhóis e holandeses. Por outro lado, os neerlandeses já tinham um prévio conhecimento sobre a região da Amazônia portuguesa e eram bem informados sobre essa região fronteiriça.⁸

O que a maioria da documentação chama simplesmente de “Maranhão” não é objeto muito fácil de definição, principalmente antes da conquista de 1615. O território considerado como Maranhão no século XVI/XVII já aparece como uma das “capitanias hereditárias”, criadas pelo rei de Portugal D. João III e doadas a pequenos donatários, com o objetivo principal de incrementar a defesa do território e também de aproveitar de forma produtiva a costa luso-brasileira. Inicialmente, o Maranhão faria parte de uma cessão de terras que era para ser administrada por três donatários: João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Alvares de Andrade. Entretanto, apesar de muitas tentativas para ocupar, que foram organizadas pelos três donatários, o Maranhão continuará sendo uma região desconhecida, até o governo de Filipe III.

⁶ Mário Meireles em seu livro “Holandeses no Maranhão” destaca a conquista da região do Maranhão desde 1637, quando ele cita que, nessa data, os holandeses de Pernambuco tomaram um fortim que estava localizada na capitania do Ceará e foram estendendo a sua conquista até a capitania do Maranhão, esse período ficou conhecido na história como a invasão holandesa ao Maranhão (1641-1644). MEIRELES, Mário. **Holandeses no Maranhão** (1641-1644). São Luís: EDUFMA, 1991.

⁷ Ver mais em: CARDIM, Pedro. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. **Hispania**, vol. LXIV, nº 216 (janeiro-abril, 2004), pp. 117-156.; SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

⁸ CARDOSO, Alírio Carvalho. Amazônia na guerra hispano-holandesa: comparações com a guerra do Brasil. (1598-1655). In: **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Colonização e mundo atlântico**. Rafael Chambouleyron (Org.). Belém: Editora Açaf. Volume 2. 2015. pp. 20

Ao final do século XVI, antes de ocorrer a união dinástica entre Espanha e Portugal, o Estado do Maranhão como região fronteira era completamente desconhecida, fato que ocasionou uma série de especulações. Assim, a documentação hispano-lusa, dá início a um esforço para definir alguns destes limites espaciais. Entre o século XVI e o século XVII, memoriais, crônicas e as cartas costumavam identificar estas terras a partir de comparações com as Índias espanholas. Esta mesma documentação em muitos momentos, afirma que o Maranhão preserva uma distância física com relação ao Estado do Brasil, e não participa naturalmente dos seus circuitos de navegação oceânica.

Ao ter contato com o interior do continente, o europeu teve noção do potencial daquele território, potencial este que era inicialmente comercial. Os europeus acreditavam que aquela região ofereceria produtos que seriam valorizados na Europa – e quanto a isso eles não estavam errados. Mas acreditavam em algo mais: que talvez ali, através dos rios que cortavam a parte norte da América portuguesa, existisse a possibilidade de chegar aos Andes, e conseqüentemente ao local que eles tinham certeza que existiam metais preciosos, sem contar que agora, a partir da facilidade de navegação oferecida pelos rios, adentrar o interior do continente havia se tornado muito mais fácil.

A região da Amazônia portuguesa era muito cobiçada e existia um fácil acesso a ela por meio das correntes de navegações, nada mais justo que existisse uma forma de se expandir por meio dessa fronteira até as Índias de Castela, e através dessa expansão, o papel das fortificações foram importantes, pois elas tinham várias funções, como por exemplo a defesa do território ou então uma forma de fixação, já que esses fortes serviam também como local ideal para guardar mantimentos. Para que se entenda o papel efetivo dessas fortificações é fundamental ressaltar também outro aspecto importante sobre a guerra hispano-holandesa: a importância do território do Maranhão como zona de fronteira.

A Guerra dos Oitenta anos, ou também como é conhecida Guerra Hispano-holandesa, ficou caracterizada como uma importante e significativa mudança na política econômica externa dos Países Baixos, que repentinamente, passou de uma economia frágil e regional para iniciar experiências comerciais em áreas do Atlântico no final do século XVI e ao longo do século XVII. Sete dessas províncias que formavam o que é denominado por Países Baixos no ano de 1581 proclamaram-se livres de qualquer dever de vassalagem relacionado ao governo espanhol. A partir daí passou a ser chamada como as Províncias Unidas dos Países

Baixos que eram lideradas por uma oligarquia urbana que exercia uma atividade que estava em alta, que no caso, eram as atividades marítimas e comerciais.

Nesse sentido, os motivos de fortificar a região norte da América portuguesa são muitos, mas a guerra hispano-holandesa teve uma influência considerável na construção dessas fortificações, pelo menos entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII. É interessante ressaltar quais foram as técnicas de construção utilizadas nessas fortificações ao longo dos rios, de modo a colocá-las como uma estrutura de defesa e como forma de entrepostos comerciais. Faz-se necessário destacar que os projetos neerlandeses nessa região estavam limitados, inicialmente, pelas construções desses entrepostos que eram responsáveis pela comercialização de inúmeros produtos, dentre eles; o tabaco, o algodão, entre outros que tinham valor comercial dentro da Europa. Após isso, passaram a vislumbrar maiores mercados e territórios entre Peru e o Caribe.

Durante a pesquisa foi possível adquirir outros conhecimentos sobre o papel do indígena como guerreiro na guerra entre espanhóis e holandeses. Não há dúvidas de que foi um dos pontos importantes do presente trabalho, pois agora esse nativo passaria a ter um papel de destaque nestes embates. Em função das grandes distâncias e dos excessivos gastos, era preferível ter o apoio indígena, pois estes indivíduos conheciam o território e sabiam formas engenhosas de defendê-lo, ou seja, era necessário o uso alargado de soldados nativos. Esses nativos, de acordo com as fontes, tinham uma capacidade bélica incrível, principalmente quando falamos da luta corpo a corpo. Além disso, eram eles os principais mantenedores e fornecedores de mantimentos, principalmente para os soldados portugueses.

Essas estruturas em forma de fortificações foram erguidas com técnicas híbridas, levando em consideração os conhecimentos indígenas e as técnicas europeias. Contaram com o apoio logístico e com a mão de obra de mercenários ingleses e irlandeses. Sendo que as funções essenciais desta rede de fortes amazônicos eram para servir de apoio para as atividades corsárias holandesas pelo Vice Reinado do Peru e Atlântico Norte.

A historiografia acerca da presença holandesa pelos oceanos Atlântico e Índico é extensa, sobretudo nos últimos anos. O impacto desta presença militar e mercantil é fundamental para a compreensão de certas áreas do mundo, a exemplo das Guianas, da África

Ocidental e da costa nordeste da América portuguesa.⁹ No caso desta última região, essa presença se fez de diversas formas, desde o pequeno comércio com os moradores locais, passando tomada efetiva do território como ocorreu na capitania do Ceará, em 1637 e, na capitania do Maranhão, em 1641.

No plano geral, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre holandeses e as nações indígenas na construção de feitorias fortificadas no Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte. Especificamente, busco analisar alguns pontos como: Avaliar o impacto global da Guerra Hispano-holandesa no Maranhão e Grão-Pará; discutir a representação holandesa sobre o território do Maranhão do século XVII; comparar os projetos holandeses no Caribe, Guianas, Brasil e Maranhão. Portanto, a partir dos objetivos e da proposta geral, surgiram três questionamentos básicos: 1) Qual a relação entre índios e neerlandeses na ocasião da construção das fortalezas? 2) Qual a representação que a documentação holandesa fazia destas terras? 3) Qual o papel do Maranhão como espaço de poder no embate entre espanhóis, portugueses e holandeses?¹⁰

Para ajudar a responder tais perguntas, utilizamos uma bibliografia especializada. A historiografia utilizada inicialmente tem como vertente a História Militar, tendo como principais nomes autores como Geoffrey Parker¹¹, John Elliot¹² e David Parrot. Por outro lado, a *Atlantic History*, tendência que tem como nomes importantes os historiadores Serge Gruzinski¹³ e Sanjay Subrahmanyam, também nos auxilia nas comparações com outras regiões do mundo oceânico. Sobre a América portuguesa, a bibliografia é mais extensa, tendo como nomes principais Pedro Puntoni¹⁴, Evaldo Cabral de Melo¹⁵, Bruno Miranda¹⁶, Guida

⁹ Ver mais em: CARDOSO, Alípio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. 2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.; RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992; BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

¹⁰ Sobre a questão do espaço enquanto poder, ver mais em: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Editora: Vozes. Rio de Janeiro. 2012. p. 131 – 163.; FOUCAULT, Michel. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. 1976. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. Coleção: Ditos & Escritos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2006, v.4. p. 173-185.; RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

¹¹ PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002

¹² ELLIOTT, John. **España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)**. Madrid: Taurus, 2009.

¹³ GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014. p. 41-48 / 429-432.

¹⁴ PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013. p. 171-198.

Marques¹⁷, Helidacy Correa¹⁸, Alírio Cardoso¹⁹, Lodewijk Huslman²⁰, entre outros. Sobre a História Militar, tem havido no Brasil, nos últimos anos, um aumento importante nas pesquisas referentes a esta área. Por exemplo, pesquisadores têm direcionado seus enfoques para o papel do índio em diversos cenários. Com efeito, a disciplina História Militar passou por muitas modificações ao longo da segunda metade do século XX, e início do século XXI.

O caminho a ser percorrido, portanto, era o de tentar fugir do anacronismo, frequentemente presente em uma historiografia militar lusa anterior que inseria no passado conceitos que só surgiriam posteriormente na modernidade, como a ideia de “nação em armas”, “exército nacional” ou “patriotismo”. Em síntese, termos ligados ao aparecimento do nacionalismo do século XIX. Nesse sentido, ampliou-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, sem, entretanto, descartá-los. Por tudo isso, atualmente, alguns autores chegam a falar de uma “Nova História Militar”.

O acervo documental que utilizamos neste trabalho é vasto. Nossos documentos são requerimentos, cartas, pequenos relatórios sobre as atividades econômicas ou sobre a política da região, pareceres régios, entre outras fontes de interesse para o estudo. O corpo documental principal que faz parte desta pesquisa são documentos existentes no *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Arquivo Geral de Simancas (AGS, Espanha)*, *Arquivo Geral das Índias (AGI, Espanha)* e os arquivos da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. As fontes principais para esse trabalho encontram-se digitalizadas e disponíveis para livre acesso. São documentos de natureza política e versam sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Este acervo é complementado pela documentação existente na Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/edusp, 1975.

¹⁶ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.

¹⁷ MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.

¹⁸ CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **Para aumento da conquista e bom governo dos moradores: O papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)**. Niteroi: Tese de doutorado (história) apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2011.

¹⁹ CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. 2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.

²⁰ HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. vI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

Como referenciais teóricos da pesquisa, as reflexões de Michael Foucault e Roger Chartier foram fundamentais. Auxiliando na construção deste trabalho, Michael Foucault, em seus textos sobre geografia, nos ajuda na compreensão de que o território pode ser pensado em duas dimensões, sendo elas: como uma noção geográfica e como uma noção jurídico-política, ou seja, o território deve ser pensado como uma local de poder, mas que também emana poder. Assim, podemos relacionar a conquista holandesa no território da Amazônia portuguesa com as noções construídas pelos viajantes do século XVII, compreendendo como as informações eram consumidas pelas autoridades e transformada em estratégias. Tomaremos como exemplo os holandeses que, ao se estabelecerem no território amazônico, já estavam em posse de muitas informações sobre esse espaço em função da leitura das crônicas e mapas espanhóis e portugueses.²¹

Assim, a geografia foucaultiana busca auxiliar na compreensão da construção de fortes como um local organizacional em que existe uma hierarquia. Assim, o poder está em todos os lados. A relação de poder, para Foucault, deve ser analisada não como forma de propriedade, mas em formas de estratégias. Neste sentido, isto implica dizer que qualquer aglomeração humana estará sempre transpondo as relações de poder, embora a existência das relações deste tipo faça parte do contexto da vida em sociedade. Neste contexto, os quartéis passaram a ter uma dupla finalidade, por um lado tiravam o peso da sociedade de dar abrigos aos soldados e por outro, disciplinavam os mesmos, pois acabava permitindo aos comandantes maior vigilância, controle e um tipo de poder hierarquizado.²²

Corroborando com a ideia central da geografia foucaultiana, Claude Raffestin, em seu livro *Por uma geografia do poder* discute a noção de espaço como local que emana poder. Como ponto principal de sua obra, ele faz uma distinção bastante relevante entre o que é considerado espaço e território. De acordo com o autor, o território se forma a partir do espaço, ou seja, ao fazer uma representação de qualquer espaço é como se estivéssemos territorializando o espaço e tornando-o como forma de poder. Toda elaboração de uma realidade acaba se tornando um instrumento de poder.²³ A noção de território, como assinala

²¹ FOUCAULT, Michel. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. 1976. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber.** Coleção: Ditos & Escritos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2006, v.4. p.183.

²² Ver mais em: POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender:** Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.p. 93; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento das prisões. Editora: Vozes. Rio de Janeiro. 2012. p. 148 – 149.

²³ Ver mais: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. In: **Nos destinos das fronteiras:** histórias, espaços e identidade regional. Recife: Edições Bagaço,

Raffestin, se constrói a partir do espaço, e este é o resultado de uma ação coordenada por um ator sintagmático, pois, ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo.

Outro teórico que nos auxilia é Roger Chartier. Este historiador nos apresenta como a realidade é construída em diferentes meios e de que forma o indivíduo se apropria de diversos conceitos que existem dentro dessa realidade. A representação social varia de acordo com o meio social daquela pessoa que lança o olhar sobre algo ou alguém. Entretanto, a ideia de representação deve ser sempre compreendida juntamente com a noção de prática cultural, pois, seguindo a linha de raciocínio do autor, a produção cultural deve ser entendida sempre na interação entre práticas e representações. As representações do mundo social são sempre construídas pelos interesses de grupos que acaba as forjando.²⁴

As noções de prática cultural e de representação, ambas são temporais, isto é, desenvolvem-se de acordo com o ambiente em que as pessoas estão inseridas e variam de acordo com a época. Para Chartier, as práticas e representações são sempre resultantes de determinadas realidades e motivações. Toda percepção do social, segundo o autor, não é de forma alguma um discurso neutro, mas sim um discurso de imposição de poder à custa de outros.²⁵

Este conceito de representação, conforme Chartier explicita em seu livro, nos ajuda a compreender como se dá a representação nas fontes sobre a entidade geográfica *Maranhão*, pois na documentação espanhola, esse território inteiro se chamava por *Índias* e nas fontes portuguesas, esse território representado não existe. Em muitos sentidos, nas fontes de época, o *Maranhão* parecia mais uma integração ao Vice-Reinado do Peru. Muitas vezes, na própria representação cartográfica, o nome *Marañon* acabava sendo utilizado para definir limites pertencentes aos portugueses ou para designar um rio que passava pela região. O rio Amazonas acabava sendo confundido com o rio *Marañon*, por meio dessa representação.²⁶

2008, pp. 66-79; RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163;

²⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1990. p. 17.

²⁵ Ver mais em: CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1990; MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.

²⁶ Ver mais em: CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1990; CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61 (2011), p. 319.

O referido trabalho se desenvolve em três capítulos com suas subdivisões:

O primeiro capítulo trata, inicialmente, sobre guerra e sociedade moderna, compreendendo o final do século XVI e início do século XVII, período esse marcado por vários acontecimentos como a formação dos Estados nacionais e a própria expansão ultramarina. Neste capítulo, daremos mais ênfase ao estudo panorâmico da estrutura militar na América portuguesa e a tendência em erguer fortificações.

O segundo capítulo versa sobre a formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e seu papel como território fronteiriço. Esse capítulo também aborda a questão das guerras no século XVII, principalmente na Amazônia portuguesa. Tais batalhas eram praticadas de modo diferente das guerras no Estado do Brasil, devido principalmente a alta navegabilidade dos rios e da intensa participação indígena, questão essa que é de suma importância para se entender as guerras e a construção das fortificações.

O terceiro capítulo tem como objetivo abordar as estruturas das fortificações. O ponto chave deste capítulo são as construções das fortificações holandesas no Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII. A partir disso, poderemos salientar de que forma se dava a presença holandesa na Amazônia portuguesa, assim como a maneira com que essas fortificações eram construídas, quais os materiais e quais técnicas foram utilizados. Por outro lado, este capítulo vai tratar do papel dos índios na defesa do território.

Capítulo 1

AMÉRICA PORTUGUESA: Guerra e sociedade moderna

1. Guerra e Revolução Militar

A formação dos Estados Modernos é tema abordado pelo historiador John Elliot que discute a Europa Ocidental em termos de uma “Europa de Estados compostos”. Nesse sentido, segundo John Elliot, antes de 1500 existiam 500 unidades territoriais e políticas mais ou menos independentes e, em 1900, existiam apenas 25 unidades políticas, as quais as mais fortes eram aquelas que haviam conseguido maior grau de integração, por isso se tornaram grandes reinos. John Eliot ressalta que existiam duas maneiras de um território se unir a outro permanecendo no domínio de um mesmo rei. A primeira forma era por meio da *União Acessória*, em que acontecia a união de um reino a outro e os habitantes desfrutavam os mesmos direitos e estavam sujeitos as mesmas leis. A segunda forma era por meio da *Aeque principaliter*, em que acontecia a união, mas os reinos constituintes continuavam sendo tratados como entidades distintas.

Neste sentido, John Elliot destaca que a União Ibérica foi uma união *Aeque principaliter*, pois segundo o autor, essa união acabava proporcionando uma garantia de sobrevivência das instituições e de leis tradicionais do país que fora dominado.²⁷ Esse processo de formação dos Estados Nacionais foi de suma importância para o desenvolvimento de um comércio e expansão, pois unifica os poderes em uma só mão, que no caso é a do rei, surgindo assim, as nações modernas.

O Seiscentos também foi um período de renovação da arte militar em vários campos de domínio. O historiador Geoffrey Parker, um dos grandes representantes da História Militar do século XX, nos ajuda a compreender um pouco sobre as mudanças que ocorreram entre os séculos XVI e XVII na Europa, no que tange ao novo modo de entender a guerra e sua relação com a sociedade.²⁸ Geoffrey Parker, amplia os estudos sobre o cotidiano das tropas, a alimentação, a rotina, a guerra e suas mudanças, ressaltando a relação entre soldado-indígena com as comunidades no entorno a qual, por exemplo, como era construída uma fortificação,

²⁷ ELLIOTT, Op. Cit., p. 34.

²⁸ PARKER, Op. Cit., p. 29.

nos auxiliando a compreender como ocorreu a burocratização desse exército. Neste sentido, houve uma transformação radical na arte da guerra, principalmente na Europa ocidental. Não podemos esquecer que nesse período também ocorre a formação dos Estados modernos com enormes mudanças organizacionais e de estratégia. Com isso, o campo militar sofreu mudanças, as quais se tornaram uma verdadeira revolução capaz de formar grandes reinos.²⁹

As mudanças aconteceram em vários níveis: 1) passou a existir uma utilização maior de armas de fogo e a difusão dessas armas transformou radicalmente a condução das operações de guerra (ofensivas e defensivas); 2) houve transformações significativas no sistema defensivo de vários países; 3) as fortalezas passaram a adotar o traço italiano (*trace italienne*) que poderia servir para variados fins estratégicos³⁰, acabaram substituindo as redes de fortificações que existiam no período medieval; 4) houve um declínio da cavalaria e surgiu, então, a famosa infantaria de guerra; 5) o aumento expressivo do número de soldados e de também de formação de exércitos; 6) profissionalização e burocratização desse exército. Sendo assim, a arte da guerra passou a ser a arte de fazer sítios, ou necessariamente, de rompê-los.³¹

Com o aparecimento de uma renovada arte militar, veio proporcionar a expansão dos mercados, no sentido em que, a tropa que viajava para ir em busca de mercadorias, também tinham oficiais militares dando suporte a elas. Neste sentido, podemos compreender que o mar passara a ser importante para a expansão. No entanto, as técnicas de transporte por meio marítimo acabavam impondo severas restrições às trocas comerciais, pois, somente alguns determinados produtos podiam ser passíveis de trocas e de comercialização. Entre os produtos que atendiam aos requisitos de serem passíveis de trocas, alguns dos mais relevantes eram as especiarias.³²

Ao lado dos tecidos, que era o produto mais tradicional nas trocas comerciais, as especiarias começaram a se destacar no comércio, como consequência tornou-se de grande

²⁹ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.; PARKER, Geoffrey. **La revolución militar. La innovación militar y apogeo de Occidente,1500-1800**. Madrid: Alianza Editorial, 2002. PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.

³⁰ MIRANDA, Op. Cit., p. 41.

³¹ PUNTONI, Op. Cit., p. 179-188.

³² Ver mais sobre: RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992.; SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2ª edição, 2010.

importância para o tráfico com o Oriente. Na medida em que o comércio dessas especiarias passou aos poucos a se tornar relevante, e as trocas passaram a ser vultuosas, tornava-se de grande importância alterar as técnicas de transporte, desenvolvendo inovações com a criação de navios de grande porte que permitiam a navegação em alto mar.

O historiador Russel Wood, em seu livro *Um mundo em movimento*, discute que uma das principais consequências desse processo foi a expansão ultramarina, sendo esta de suma importância para que se estabelecesse contatos entre europeus e outros povos. Assim, a navegação oceânica acabou dando sentido a essa expansão, principalmente para países como Portugal, Espanha e os Países Baixos. Neste sentido, para Russel Wood, o mar deve ser considerado o principal contexto de uma história conectada ou de um mundo em movimento. Segundo o historiador, uma vez que foi ultrapassado o Cabo da Boa Esperança, os portugueses entraram em um mundo de ligações marítimas e institucionalizadas. A criação de navios e o uso destes constituíram uma verdadeira revolução no que tange ao volume de mercadorias que passariam a ser transportadas, e como consequência disso o enriquecimento por meio de trocas e vendas de especiarias. Para Russel Wood.³³

Os investimentos que o transporte marítimo acabava impondo vinham conferir novas formas de alianças entre reis e comerciantes, pois teria sido impossível acontecer esse surto mercantil sem a segurança que era proporcionada pela unificação territorial, a centralização do poder político e também devido à garantia dos tributos centralizados. Portugal, que era um país localizado na parte sul da Europa, destacou-se desde o início por sua autonomia frente a outros países que estavam surgindo, justamente por sua antecipação no processo de unificação e formação centralizada de um Estado Nacional, passando então, por um processo de desenvolvimento e de expansão ultramarina. Em Portugal, a atividade mercantil encontrava várias garantias e novas perspectivas de avanço. O movimento de Aviz possibilitou o impulso que levou às conquistas das praças mercantis do Norte da África e à centralização política e que acabou promovendo a expansão portuguesa pelos oceanos. Assim, estaria a partir de agora concentrado no capital comercial, em proporções que nenhum país, naquele momento, conhecia.³⁴

³³ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento**: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808). Algés: DIFEL, 1992. p.45.

³⁴ Ver sobre o tema: CARDIM, Pedro. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. **Hispania**, vol. LXIV, nº 216. janeiro-abril, 2004. pp. 117-156.; SODRÉ, Nelson Werneck. **História**

A empresa do comércio ultramarino português era extremamente rentável e seria o suporte da expansão e descobertas marítimas que contempla a conquista de regiões até então estranhas à produção de mercadorias. A empresa mercantil era de fato uma empresa que se resumia em procurar as fontes de mercadorias que gerariam renda para Portugal; em transportar essas mercadorias e, por fim, distribuir no mercado europeu. Durante o período de expansão ultramarina, e o sucessivo conhecimento das terras da América lusa, em umas das muitas viagens oceânicas feitas por portugueses, foi necessário refletir sobre a necessidade de preservar essa localidade de ataques estrangeiros, mesmo que não tenham investido inicialmente nas terras brasileiras.³⁵

2. Os fundamentos da estrutura militar na América portuguesa.

Com a ocupação das terras da América portuguesa foi necessário que várias reflexões fossem feitas, principalmente com relação à necessidade de preservar o território dos possíveis ataques de estrangeiros, mesmo que os planos iniciais não fossem para investir nas novas terras. Na América não existia uma produção organizada capaz de ser objeto de troca, como havia no comércio com o Oriente, pois o índio produzia apenas para o seu consumo e nem existiam mercadorias que servissem de trocas comerciais. Inicialmente, para as terras brasileiras recém-descobertas foram utilizadas o sistema de feitorias que eram apenas para a extração de pau de tinta, principalmente o pau-brasil, em que contavam com ajuda de nações indígenas, que por sua vez recebiam em troca certos produtos. Mas apesar desse produto terem gerado renda para Portugal, não foi suficiente para que voltasse seus olhos para essas terras. Entretanto, concorrentes europeus começaram, mesmo que tardiamente, uma expansão ultramarina e logo se voltaram para o comércio das especiarias luso-americanas.

A partir de 1530, o rei de Portugal, começou efetivamente a conquista das terras da América, e para isso fez-se necessário a ocupação, povoamento e cultivo das mesmas. São os três pilares da efetiva ocupação da América portuguesa. Tratava-se, então, de ocupar produtivamente essas terras, única estratégia que poderia trazer estabilidade. O gênero que satisfazia todos os anseios e, que atendia a todas as exigências da ocupação, foi o açúcar. Os

Militar do Brasil. São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2ª edição, 2010.; RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808).** Algés: DIFEL, 1992.

³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2ª edição, 2010. p. 22.

portugueses já eram produtores tradicionais do produto, pois conseguiram a ajuda dos holandeses para poder se apropriar das técnicas de produção e alcançar uma distribuição que compensasse no mercado Europeu.³⁶

Para efetivar a conquista da América portuguesa, foi necessário o envio de capitães donatários, em que foram divididos por territórios em grandes extensões de terras, doados a pessoas de Portugal. Como se sabe, os donatários gozavam de poderes fiscais, judiciais, administrativos e militares. Entretanto, muitos donatários não conseguiram obter êxito e muitas capitanias fracassaram em seu objetivo, inicialmente, pelas condições climáticas, pelo contato com o indígena e, também, pelo fato de que alguns donatários nem chegaram a tomar posse de suas terras, pois não tinham condições suficientes de viajar e se estabelecer. Após o eminente fracasso das capitanias hereditárias, o governo português, do rei D. João, criou novos mecanismos com o objetivo de proporcionar a conquista efetiva da América portuguesa. No início, a intenção não era acabar com as capitanias hereditárias, mas sim, centralizar política e economicamente a conquista, de forma que tivesse um governo forte, centralizador e unificado. A função principal do governador-geral, como se sabe, era coordenar a conquista, fortalecendo as capitanias contra as resistências indígenas, além de fiscalizar as capitanias e apoiar a cultura de cana-de-açúcar como forma de produção para exportação.³⁷

Na América portuguesa, as forças militares que se envolveram na conquista, e também no controle de todos os domínios da Coroa, foram estabelecidas desde o regimento do primeiro governador-geral, Tomé De Souza, em 1548, que dispunha em suas mãos, as diretrizes da ocupação do território.³⁸ Para Pedro Puntoni, por exemplo, entre as atribuições do governador estava claro o caráter militar, na gestão da armada, da artilharia e na fortificação das novas terras.³⁹ Os poderes que foram concedidos a Tomé de Souza, e aos outros governadores, foram inúmeros e se sobrepunham aos poderes dos donatários, entretanto, substituíam em algumas funções os poderes dos donatários. O governo geral foi instaurado nas terras da América portuguesa por meio de um Regimento, baixado no ano de

³⁶ Ver mais em: BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁷ Ver sobre: MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013.; SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2ª edição, 2010.;

³⁸ PUNTONI. Op. Cit.

³⁹ Ibid., p. 171.

1548 e destinado ao primeiro governador-geral, ou seja, o governador tinha que zelar por toda a segurança das extensas terras portuguesas, povoar de forma satisfatória e fortificar os locais litorâneos como forma de simbolização do poder. Todas as instruções a Tomé de Souza tinham um caráter, em sua essência, militar. A construção de fortificações como forma de proteger a localidade era uma das formas de combater os inimigos internos e principalmente externos.

As fortificações serviam como forma de defesa. Assim, muitos dos profissionais que trabalhavam na construção dessas fortificações vinham de outros países europeus, e eram especializados, apesar de que, a obtenção do apoio indígena foi fundamental durante todo o período. Mesmo com a centralização, a instauração do governo-geral e a construção de fortificações, muitos concorrentes portugueses continuavam a tentar inúmeras vezes, tomar posses das terras portuguesas. Na segunda metade século XVI, o inimigo mais poderoso que os portugueses tiveram que se defrontar foi a expedição francesa na Baía de Guanabara, que ficou conhecida como França Antártica, de modo que, a expulsão dos franceses ficou sob a responsabilidade de Mem de Sá. Os franceses não ficaram satisfeitos e continuaram tentando ocupar locais específicos da América portuguesa, como foi o caso, já no século XVII, no período da União Ibérica, da invasão e tentativa de ocupação francesa nas terras do Estado do Maranhão, em 1612.⁴⁰

No final do século XVI, mais especificamente entre os anos de 1580 e 1640, ocorreu o que a historiografia considerou ser a maior de todas as uniões de reinos da História Moderna: a União Ibérica. Foi uma união político-administrativa entre os reinos de Portugal e Espanha. Segundo Alírio Cardoso, esta união dinástica deu novo sentido à ideia de Monarquia, pois juntos, Portugal e Espanha, dominavam amplos territórios na África, Ásia e Américas, despertando a desconfiança dos principias concorrentes europeus.⁴¹ Após o início da União Ibérica, as investidas contra a América portuguesa só aumentariam, principalmente, vindas dos holandeses, que eram rivais da Espanha e passariam, então, a atacar os portos e praças fortificadas pertencentes à Monarquia Católica, incluindo os territórios portugueses. Nesse caso, mais do que nunca era necessário refazer as antigas alianças com os índios da região.

⁴⁰ Ver mais em: CARDOSO, Alírio, Guerra híbrida no Atlântico Equinocial. Índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**. Goiânia, n.12, jul/dez, 2013. pp. 143-167.; CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011.; Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2ª edição, 2010.

⁴¹ CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 318.

3. As alianças indígenas

No território da América portuguesa existiam indígenas que atuaram como mediadores e foram de suma importância, principalmente no papel que tiveram junto às fortificações. Segundo Lodewijk Hullsman, no antigo Amapá (Cabo do Norte), os nativos estabeleceram um enorme comércio que acabou modificando a circulação de mercadorias regionais, e esses índios, muitas vezes, para aprender a língua iam para a Holanda, aprendiam holandês e passavam a comercializar produtos que aqui existiam na matas. Os navios holandeses que aportavam na região a essa época praticavam um sistema de comércio conhecido *retourvracht* ou frete de retorno. Os holandeses que praticavam o comércio com os índios, muitas vezes instalavam-se em uma casa forte, e logo depois, voltavam com os navios carregados de mercadorias com grande valor agregado para venda na Europa.⁴²

Fernanda Aires Bombardi, nos auxilia na compreensão da ideia do índio enquanto mediador. Ela destaca o fato de que a formação de uma defesa militar era baseada no conjunto de fortificações, que dependiam enormemente das alianças com os índios. Sendo assim, para estabelecer o controle da região norte da América portuguesa, segundo a autora, foi necessário garantir tais alianças com as nações indígenas. Para tanto, foi necessário estabelecer fortificações que serviam, inicialmente, como defesa do território e importantes marcos políticos de controle da região. Essas fortificações se tornaram um dos símbolos da presença do agente conquistador. Faz-se necessário ressaltar, por outro lado, que essas estruturas envolvem processos maiores de estratégias, inicialmente, pela maneira como são construídas; logo depois, pelo exército formado que vive em função da defesa na fortaleza e no território, servindo como base de apoio para o estabelecimento de outras diversas alianças.⁴³

As fortificações militares serviam, então, também como símbolos da conquista promovida por portugueses na América, pois eram construídas em pontos estratégicos na beira-mar, ou até mesmo em rios, e tinham, inicialmente, duas funções de grande importância, como a necessidade prática na defesa de um determinado território, mas também como marco político de domínio da região. Nesse sentido, Fernanda Aires Bombardi salienta que tais fortificações forneciam uma mensagem de estabilidade para as pretensões de determinado

⁴² HULSMAN, Op. Cit., p. 180-181.

⁴³ BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. p. 19-20.

pais sobre algum território.⁴⁴ Na América portuguesa, em diferentes locais, a aliança com as nações indígenas se fez presente, principalmente, nos momentos de guerra. A guerra se fazia de maneiras diferentes em cada território, incluindo o Estado do Maranhão.⁴⁵ No Estado do Brasil, a guerra contra os holandeses era chamada de guerra lenta, ou guerra brasílica, e um dos principais pontos deste conflito é a presença do componente terrestre. Assim, a guerra feita no Estado do Maranhão tinha como característica o largo uso de guerreiros indígenas, pois eles eram conhecedores dos rios da região, e o uso da canoa indígena, considerado indispensável.⁴⁶ Segundo Alírio Cardoso, no Maranhão os europeus tiveram que abandonar a “ortodoxia que ainda marcava a arte militar na Europa”, optando por táticas indígenas ou mistas.⁴⁷ Com efeito, na Amazônia portuguesa, os soldados tinham que aprender a combater sempre em canoas, ao modo dos que eram as guerras indígenas, apenas substituindo o arco e a flecha pelo mosquete.

Após essa breve análise da estrutura militar na América portuguesa, trataremos a seguir sobre a forma como se deu o estabelecimento do Estado do Maranhão no século XVII, e como se praticava a guerra nesse território. Tal como vimos acima, a arte militar nas novas terras ao norte deveria se acomodar à realidade dos campos de batalha tropicais, e aproveitar ao máximo as alianças indígenas.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 19.

⁴⁵ A separação jurisdicional do território luso-espanhol, aconteceu no período da União Ibérica, em que ocorreu a formação separada dos dois Estados: Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará. A região era conhecida, antes de 1621 por diversos nomes “terra do rio das Amazonas, “terra dos Tupinambás”. Ver mais em: CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 319.

⁴⁶ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61 (2011), p. 317-338.; MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/edusp, 1975.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013. p. 171-198.

⁴⁷ CARDOSO, Alírio. *Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644)*. In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 41.

Capítulo 2

ESTADO DO MARANHÃO: reinvenção da guerra.

1. Fronteiras e guerra no século XVII

O Estado do Maranhão era uma região em termos espaciais enorme, o que hoje em dia corresponderia aos atuais Estados da Amazônia Brasileira – Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins -, Piauí, Ceará e Maranhão. Este território estava dividido, antes de 1621, em algumas unidades administrativas, sendo as duas principais, a “Capitania Real do Maranhão”, em que a capital era a cidade de São Luís; e a outra era a “Capitania Real do Grão-Pará”, cuja sede era a cidade de Belém. Além dessas duas unidades, existiam também outras capitanias de cunho particular que foram obtidas por merecimento real, Tapuitapera, Ilha de Joanes, Cabo do Norte, Caeté, etc. A conquista do território do Estado do Maranhão pelos portugueses, ocorre 35 anos depois do início da união ibérica, entre os países de Portugal e Espanha.⁴⁸ Trata-se de um grande empreendimento de caráter também militar.

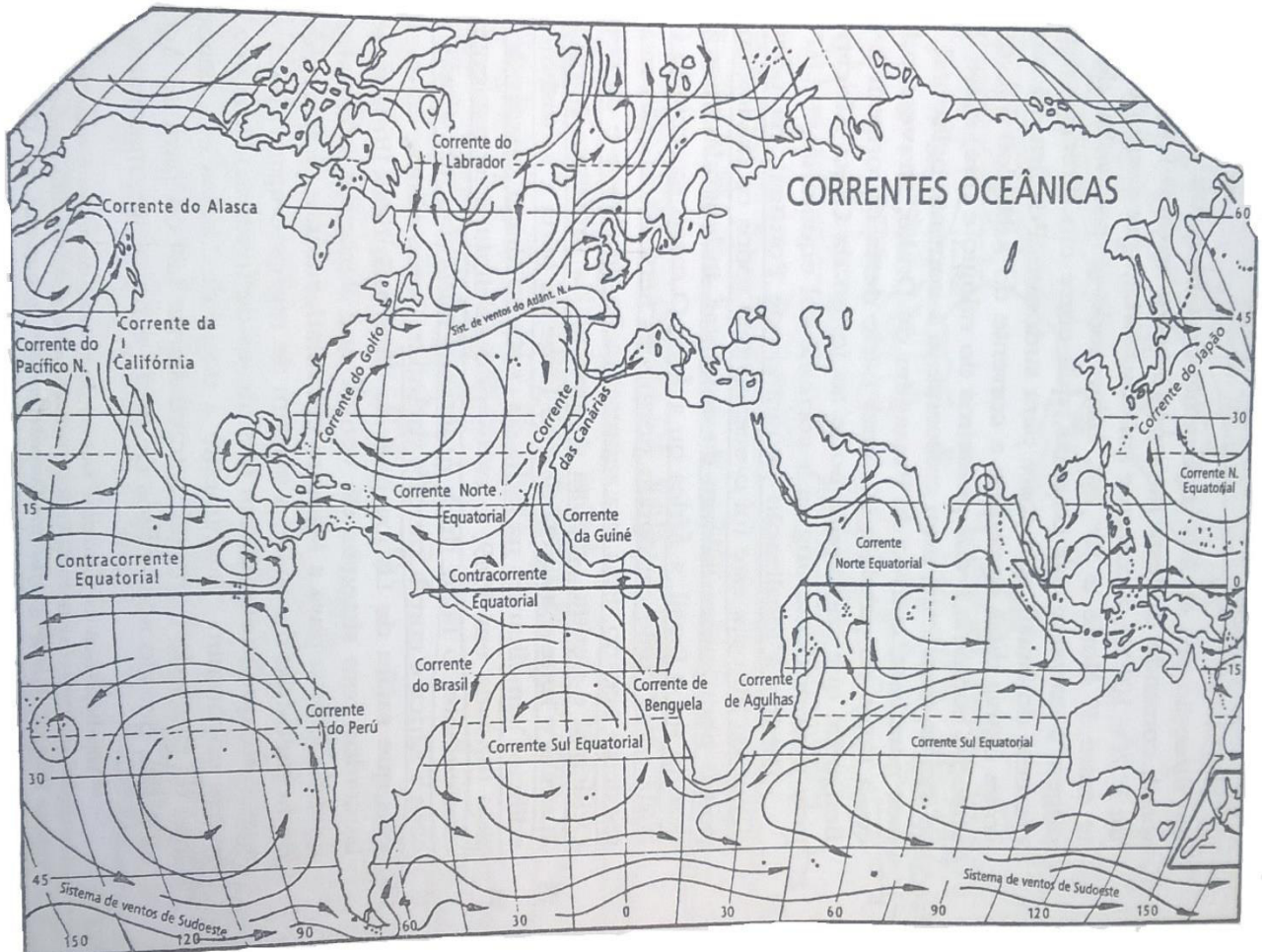
O Maranhão era considerado a última fronteira entre a América portuguesa e as Índias de Castela.⁴⁹ Este território não pertencia aos circuitos de navegação oceânica do Atlântico Sul. Por isso, a carreira que ia ao Estado do Maranhão não pertencia naturalmente à famosa carreira do Brasil, principalmente pelo ponto de vista de sua localização geográfica. As correntes oceânicas que estavam mais inclinadas para se chegar ao Maranhão eram as correntes do Norte Equatorial e contracorrente Equatorial. Segundo Russel-Wood, a viagem entre São Luís e Lisboa, por exemplo, era uma das mais rápidas e seguras, sendo realizada em apenas cinco semanas.⁵⁰

⁴⁸ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012. ; CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 317-338.

⁴⁹ CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012. p. 37.

⁵⁰ RUSSELL-WOOD, Op. Cit., p. 55 – 56.

Segue abaixo o mapa que consta as correntes oceânicas que faziam parte da travessia para o Maranhão.



“Sobre as correntes oceânicas que davam acesso ao Estado do Maranhão no século XVII”. RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992. p. 53

Por outro lado, o percurso terrestre deveria ser evitado. Era pior viajar por terra. Com efeito, não existia nenhum tipo de estrada e os desafios se tornavam piores. Existia apenas uma ligação por terra, mas que era considerada perigosa demais: a Serra de Ibiapaba, entre os atuais Estados de Ceará e o Piauí. Entretanto, viajar pela Amazônia portuguesa tinha uma singularidade, a onipresença dos rios que apresentavam uma navegabilidade quase que inigualável. Foi exatamente essas condições de rios navegáveis, e de uma rede fluvial extensa, que acabou inspirando muitas ideias e diversas especulações sobre a vocação comercial que essa região teria. Viajar por estas águas também implicava diversas dificuldades, a começar pelo tipo de transporte que poderia adentrar na rede fluvial amazônica. Em função da ecologia da região, o uso de naus de grande calado não era incentivado. A navegação amazônica,

acabou então sendo considerada, por excelência, como afirma Alirio Cardoso, uma transição entre o mar e o rio, conveniente a caravelas de pequeno e médio porte. O sistema de navegação amazônica inclinava-se a uma mescla de conhecimentos híbridos, europeus e indígenas, cujo uso da canoa era indispensável. Assim, a região amazônica passou a ser cobiçada e frequentada pelos concorrentes europeus de Espanha e de Portugal. Desses países, vinham pessoas com propósitos e motivações bem diferentes. Numa dimensão mais global, a tomada do Maranhão pode ser compreendida como parte de uma estratégia de defesa da Coroa espanhola, esta que era interessada em proteger as zonas ao Norte do Vice – Reinado do Peru.⁵¹

A guerra na Amazônia portuguesa pode ser dividida em três fases: 1) 1590-1636, período marcado por uma agressiva política de instalação de entrepostos comerciais, auxiliada por fortificações holandesas que tinham caráter militar-econômico-religioso. 2) 1637-1644, época de ocupação efetiva do antigo Estado do Maranhão. 3) 1645 – 1654, período em que o Maranhão participa da reconquista da América portuguesa. No entanto, para fins de delimitação, na monografia trabalharemos com a primeira fase da guerra. Essa primeira fase foi o momento em que houve a construção de inúmeras fortificações que funcionavam ativamente com o auxílio de nações indígenas. De fato, os neerlandeses já utilizavam há muito tempo os serviços dessas nações, principalmente como forma de apoio, manutenção, e também para o comércio.⁵²

Como se sabe, a ocupação francesa no Maranhão ficou conhecida na historiografia como França Equinocial. Os vassallos do rei francês já estavam desenvolvendo vários projetos na região, que não se limitavam à construção de alguns entrepostos comerciais, mas tinham uma dimensão maior, de ocupação efetiva e produtiva. Por outro lado, ao fim do conflito luso-francês, os franceses tornar-se-iam ironicamente os primeiros guias dos portugueses nas terras do Maranhão. Com efeito, nos anos que se seguiram, após o período da conquista de São Luís, a Monarquia Hispânica caiu em si e percebeu a necessidade dessa região ganhar um

⁵¹ Sobre o caráter híbrido das embarcações, ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. 2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D' Salamanca, Salamanca, 2012. RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992.

⁵² Sobre a guerra, ver mais: CARDOSO, Alírio Carvalho. **Amazônia na guerra hispano-holandesa: comparações com a guerra do Brasil (1598-1655)**. In: **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Colonização e mundo atlântico**. Rafael Chambouleyron (Org.). Belém: Editora Açaf. Volume 2. 2015. p. 15-23.; CARDOSO, Alírio. **Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644)**. In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV. 2015. p. 33-72.

estatuto jurídico definido. Finalmente, a partir de 1621, o Maranhão passa a se chamar de Estado do Maranhão e Grão-Pará, com estatuto definido, separado formalmente do Estado do Brasil.

Em geral, o século XVII foi um importante período de reformulação da guerra. Esse período foi de suma importância para a Europa, e também para as conquistas ultramarinas. No entanto, o que tem chamado atenção dos historiadores foi aumento do número de soldados nas batalhas, e a forma como os mesmos adaptavam-se aos diversos contextos extraeuropeus. Para a América portuguesa, a característica mais relevante é a participação, como já foi dito, das nações indígenas. As diferenças entre a “Guerra do Brasil”⁵³ e a guerra no Maranhão eram enormes.⁵⁴ A guerra na Amazônia poderia ser denominada de Guerra fluvial, principalmente pelo alargado uso da canoa indígena, ao mesmo tempo utilizada como embarcação de transporte e barco de guerra. Russel-Wood ressalta que “os portugueses encontraram e usaram a mais extensa e melhor rede comunicante de sistemas fluviais”⁵⁵. O clima era também outro fator que não favorecia a etiqueta que a guerra europeia pedia. A umidade da Amazônia portuguesa acarretou sérios problemas principalmente no que tange à conservação da artilharia, e da munição, com casos conhecidos de oxidação de muitas peças ferro.⁵⁶

Os soldados portugueses que vieram combater os neerlandeses no território da Amazônia, no período da guerra hispano-holandesa, tinham que aprender a usar canoas indígenas, assim como usavam os indígenas em suas guerras, e apenas teriam que substituir o arco indígena pelo mosquete. É evidente que na guerra fluvial quem se dava melhor eram os nativos, devido ao seu manejo com as canoas e a sua habilidade em navegar em locais desconhecidos para os soldados portugueses. No Maranhão, as condições ecológicas da região, a ausência de recursos financeiros para financiamento da guerra, e as enormes distâncias que existia entre as capitânicas fez com que os holandeses e os portugueses se tornassem mais dependentes ainda da cultura bélica indígena.

⁵³ Sobre a guerra no Estado do Brasil ver mais em: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/edusp, 1975.; PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013. p. 171-198.

⁵⁴ PUNTONI, Op. Cit., p. 179.

⁵⁵ RUSSELL-WOOD, Op. Cit., p. 87.

⁵⁶ CARDOSO, Op. Cit., p. 41.

2. Participação indígena em guerras na Amazônia portuguesa no século XVII.

Um dos aspectos mais importantes das guerras do século XVII na Amazônia é certamente a ativa participação indígena em todas as fases da guerra. Esta situação mudou todo o aspecto da guerra, e proporcionou ao índio uma nova categoria, a de vassalo-soldado. As nações indígenas teriam como escolher quais lados poderiam lutar, de acordo com as vantagens que obteriam. A falta de recursos para trazer soldados portugueses ou castelhanos, bem como as grandes distâncias, fez com que o apoio indígena se tornasse realmente decisivo. Tal apoio deu-se de diversas formas, quer seja na participação direta em batalha, quer seja no auxílio logístico, ou no fornecimento de mantimentos. Assim, os indígenas eram os maiores mantenedores e fornecedores de alimentos para os soldados que estavam em guerra, principalmente o que eles costumavam chamar de “farinha de guerra”, que nada mais era que a mandioca, responsável em grande parte pela alimentação dos soldados.

Uma das formas mais eficientes de obter o apoio bélico indígena era o oferecimento de mercês às lideranças (os chamados índios principais). Estes chefes indígenas se tornaram verdadeiros chefes militares, e não apenas meros intermediários ou apenas guias. Serge Gruzinski salienta a importância no território americano dos mediadores nativos, que, segundo o autor, eram figuras ímpares que acabaram desempenhando papéis importantes no diálogo com o europeu (seja ele, conflituoso ou não).⁵⁷ No território da América portuguesa, esses índios que atuaram como mediadores foram de suma importância, principalmente no papel que tiveram junto às fortificações. Fernanda Aires Bombardi também nos auxilia na compreensão da ideia do índio enquanto mediador. Ela salienta a ideia de que a formação de uma defesa militar, baseada no conjunto de fortificações, não poderia, de maneira alguma, estar separada do estabelecimento de alianças ou, até mesmo, do controle sobre as populações nativas.⁵⁸

A conquista de São Luís tornou-se um ensaio do que viria acontecer ao longo do desenvolvimento da guerra entre neerlandeses e espanhóis. Em ambos os casos, existem estratégias que foram utilizadas, como a negociação efetiva com os índios principais, assim como a adoção de táticas militares híbridas, ou seja, os indígenas tiveram um acentuado valor principalmente no sistema de emboscadas, a qual eles sempre se saíram bem, em

⁵⁷ GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014. p. 41-48 / 429-432.

⁵⁸ BOMBARDI, Op. Cit., p. 40.

comparação com os europeus, e por último, o uso de indígenas na proteção de fortificações, como veremos a seguir.

As maneiras de se construir fortificações mudaram com o tempo, pois a força e todas as tecnologias dos atacantes acabaram estimulando uma capacidade de resposta equivalente dos defensores. Por isso, as fortificações que foram erguidas na Amazônia entre o final do século XVI e todo século XVII representaram a estratégia de muitos europeus, principalmente entre os neerlandeses, portugueses e espanhóis e que à sua maneira, implantaram eficientes políticas de defesa, tendo as fortificações como base. Com os militares, chegaram também religiosos e comerciantes. As distâncias e a dificuldade de penetração na Amazônia impuseram sacrifícios a muitos europeus e acabavam se mostrando despreparados para enfrentar a Amazônia portuguesa, por isso também a ajuda de mediadores indígenas foi importante para a concretização de qualquer tipo de comércio, de defesa do território e de estratégias.

O princípio quase que fundamental das fortificações era o da capacidade pequena de força para defender suas posições contra um enorme conjunto de tropas ou até mesmo de embarcações. Por isso, tonou-se necessário estabelecer fortificações que serviam, inicialmente, como defesa do território e importantes marcos políticos de controle em determinada região. Essas fortificações se tornaram um dos símbolos da presença do agente colonizador. Faz-se necessário ressaltar que essas estruturas envolvem processos maiores de estratégias, inicialmente, pela maneira como são construídas; logo depois, pelo exército formado que vive em função da defesa da fortaleza e do território a qual ela foi erguida e por último, essas fortificações militares acabavam servindo como base de apoio para o estabelecimento de diversas alianças, principalmente com os indígenas. Salienta Fernanda Aires que as fortificações foram

Construídas em pontos estratégicos, na beira-mar ou em rios, serviram tanto à necessidade prática de defesa do território como configuraram-se em importantes marcos políticos de domínio. Sem a formação ordenada desses empreendimentos, acreditamos, ficaria inviável o estabelecimento de uma colonização efetiva.⁵⁹

⁵⁹ Ibid., p. 19

As fortificações militares, inicialmente, foram construídas em áreas litorâneas, temos como exemplos a fortificação erigida na cidade de São Luís, que no ano de 1615, os portugueses expulsaram os franceses da cidade de São Luís e o forte existente na cidade passou a ser chamado de Forte de São Filipe ou Forte de Santo Antônio. Entretanto, foi principalmente no século XVII que as fortificações interiorizaram-se pelo rio Amazonas e seus principais afluentes. Portanto, em rios ou em qualquer outro local, uma fortificação poderia sempre atrapalhar a travessia de qualquer inimigo e acabar forçando que suas tropas tivessem sempre suas linhas de suprimento para locais bem mais distantes, em que a acessibilidade era menor. Uma fortificação também poderia dar um poderoso suporte a qualquer ação defensiva.⁶⁰

3. Fortificações no Estado do Maranhão

Entre os séculos XVI e XVII, a construção de fortificações se tornou um verdadeiro instrumento de guerra, pois em um período no qual todas as estradas eram terríveis e as tropas, ainda que bem pequenas, tinham dificuldades com a mobilidade, as construções de fortificações eram usadas para bloquear determinadas rotas, que acabavam ditando o curso de uma campanha inteira.

O que fundamenta as localidades fortificadas são os da capacidade de uma força de defender a posição que possui com relação ao um conjunto de tropas ou até mesmo das embarcações. Podemos observar que quando um forte se encontra bem posicionado, ou um grupo de fortificações que se complementa numa estrutura de defesa, formando um sistema que age de maneira estratégica para combater seus agressores. Quando a fortificação está bem localizada, ela amplifica as capacidades naturais dos territórios e aumenta os obstáculos aos invasores, principalmente no que diz respeito aos rios mais estreitos, pois é um fator para impossibilitar a travessia das embarcações e forçar com que suas tropas tivessem as linhas de suprimentos deslocados para localidades mais distantes e com acessibilidade menor. Segundo Bruno Miranda:

Bem suprida poderia encurtar as linhas de comunicações e servir de trampolim para um ataque, além de funcionarem como base de operações e local onde poderia ficar estacionada a tropa de uma reserva. Um sistema

⁶⁰ KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 332-333.

fortificado poderia aumentar o esforço defensivo de muitas maneiras, uma vez que sua disposição permitia cobrir grande parte do terreno defendido.⁶¹

Na primeira fase de construção dessas fortificações, tinham como característica principal, a defesa das benfeitorias, que eram construídos em região litorânea, mais especificamente nas entradas das baías, que eram considerados pontos estratégicos para a defesa do território. Num segundo momento, em meio a guerra com os holandeses, foi necessário que novas táticas de defesa fossem desenvolvidas para a proteção da costa. Essa reestruturação das defesas de território, foram particularmente aguçadas pelos portugueses. Para desenvolver de modo mais técnico e eficiente, as manutenções dessas fortificações eram realizadas por engenheiros, denominados por *engenheiro de capitania*, que por sua vez, passavam a possuir endereço fixo no local.

Após expor sobre a estrutura da colonização e da formação jurídica do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII, podemos observar como ocorriam as guerras e a forma como se deu as alianças com as nações indígenas. Trataremos no próximo capítulo sobre fortificações no Maranhão e Grão-Pará, levando em consideração a existência de fortificações portuguesas, mas tendo como ponto chave, as fortificações holandesas, e a forma como ocorreu a participação indígena na construção desse sistema de defesa.

⁶¹ MIRANDA, Op. Cit. p. 40-41

Capítulo 3

FORTIFICAÇÕES NO MARANHÃO: Portuguesas e holandesas.

1. Rios fortificados.

Dentre os projetos que não estavam de acordo com portugueses e espanhóis para o Maranhão, a ocupação francesa foi a que mais preocupou a burocracia hispano-lusa na primeira década do século XVII. A conquista do território pelos franceses foi motivada pela ausência luso-espanhola na costa norte, além do que, a boa posição geográfica com relação aos portos da Europa, e o potencial econômico da região, eram fatores atrativos. Neste sentido, a França Equinocial se estabelece entre 1612 e 1615, instante em que Portugal é dominado pela Espanha através da União Ibérica.⁶²

Os franceses chegaram ao Maranhão em julho de 1612, instalando-se em umas das ilhas menores, conhecida como Santa Anna e rapidamente passaram a Ilha Grande, local onde fundaram de imediato uma fortificação. Para o funcionamento desta fortificação, os franceses utilizavam os serviços dos índios para explorarem determinados produtos da terra, principalmente o tabaco, o pau-de-tinta, o algodão e a pimenta da terra. Finalmente em 1615, foi assinado um acordo entre franceses e hispano-lusos, ocasionando a entrega definitiva do Forte de São Luís aos portugueses, que passou então, a ser chamado de Forte de São Felipe, com atesta Alexandre de Moura: “tomei posse da fortaleza q chamão São Luis e lhe pus nome de São Felipe”.⁶³

Na cultura bélica europeia, no ato da posse de um território colocam-se marcas que demonstram presença e ocupação, como castelos, fortalezas e fortins. As fortalezas eram estruturas funcionais e militares, em que desempenhavam o papel de defesa e destinadas a prevalecer na paisagem como sinais de poder. Indicavam também a condição de propriedade e ocupação do referido local, construídas para servir como instrumentos práticos e visíveis de sua capacidade de guerrear, um símbolo político de domínio territorial e demarcação de território. As fortificações podem ser compreendidas como uma estrutura arquitetônica

⁶² Ver mais em: CARDOSO, Alírio, Guerra híbrida no Atlântico Equinocial. Índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**. Goiânia, n.12, jul/dez, 2013. pp. 143-167.

⁶³ “Ofício de Alexandre de Moura ao rei Felipe II, em 24 de setembro de 1616.” *Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: AHU-ACL-CU-009, Cx. 1, D. 8.

construída com fins militares para defesa de uma localidade, contudo, pode ser dividida em duas categorias, sendo estas em: permanentes ou provisórias.⁶⁴

As fortificações que tinham um caráter permanente eram erguidas com materiais mais duráveis, tais como cal e pedra. Essas fortificações geralmente eram construídas por ordem real. Ao contrário das fortificações que tinham caráter provisório, que eram sempre construídas no decorrer de combates, guerras e acabavam empregando materiais que eram próprios da região, sendo quase sempre madeira, palha ou terra. Sendo que, o objetivo principal das fortificações era manter afastados qualquer inimigo, fazendo uso de um pequeno contingente de pessoas. Um grupo de fortificações é sempre chamado de sistema fortificado e pode oferecer maior segurança a um local, criando assim entraves a qualquer passagem de um inimigo. Se essas fortificações forem construídas em locais estratégicos como a beira-mar, beira-rio ou em elevações, aumentariam todas as chances de sucesso. Alexandre de Moura, por exemplo, ao informar ao rei, Felipe II, acerca da localização da fortaleza do Maranhão, afirma que:

Esta situada em huã ponta de terra oposta a dous braços do Rio sitio alto de desabafado ella em si posto qeita de estacadas he forte per arte de grandes terraplenos cõ seus baluartes, altos e casas matas cõ fosso de quarenta palmos de larguo e des de alto que não estava ainda acabado cõ sua ponte levadiça os alojamentos erão de plha e só avia meas paredes, de huã casa não tê agoa dentro mas tê hu posso imediato a ella que facilmente defende de cima.⁶⁵

Informou também quais eram as condições da artilharia utilizadas pelos franceses na fortaleza:

Achei no forte treze pessos de artilharia quoatro de bronze de pequeno porte as outras de ferro coado de dezaseis ate trinta e hu quintais das quais duas estavão fora do forte abatidas, no posto do sardinha tinhaão duas cravadas, E em tapari da bando do Sul da ilha outras duas que por todas fazião n.º de 17 as quaes deixei orde para se fazere reparos novos de nosso modo E acabados oito.
Tinhão para esta artilharia quinhentas e quarto balas, e melhor de quatorze quintais de pólvora e outras minições miúdas o que tudo cõ as embarcações que tinhão que erão duas lanchas de cuberta no mar aparelhadas, hu pataxó

⁶⁴ Ver mais em: BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitâneas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RÓDRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar**: novos caminhos e novas abordagens. Jundiá, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 127-145.

⁶⁵ “Ofício de Alexandre de Moura ao rei Felipe II, em 24 de setembro de 1616.” *Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: AHU-ACL-CU-009, Cx. 1, D. 8.

no estaleiro E hua Lancha ficou para a fazenda de V. Mag.^{de} entregue a seus officiaes afora outras muitas cousas. E duas saralharias aparelhadas.⁶⁶

No mesmo officio, o capitão Alexandre de Moura alerta sobre as necessidades de mudanças na fortaleza recém erguida:

Ordenei nella por troca do Ingen.^{ro} mor do Estado do Brazil Francisco de frias mesquita hua plataforma baixa oposta ao porto emq eu asentei quatro pessos de artilharia fiz asi mesmo nas paredes Levantoadas, mas hu almaze para mantimentos munições e pólvora tudo be resguardado e cuberto de telha q la mandei fazer, cousa ate então não vista. fiz hu corpo de guarda e outra segunda Porta furtando a Primeira cõ hua parede cõ suas seteiras reformey os terraplenos em mutas partes, E lhe fiz parapeitos de cestõis o q tudo ficou acabado deixei para se fazer hu baluarte que lhe faltava para defenza de duas cortinas, e da porta E que todo o forte se sengisse pela parte de fora cõ parede grossa competentemente a sustentar os terraplenos e que os alojamentos se fizesse de pedar para o lhe deixei Orde para fazerê cal e feita mais de Oitenta pipas.⁶⁷

Alexandre de Moura, ressalta a necessidade de povoar o Maranhão recém conquistado e destaca algumas opções de como seria possível que esse povoamento acontecesse.

Pera se aver de povoar esta grande província e desobrir os segredos que em si dize que enserra importa muito mandar V. Mag.^{de} venha gente do Brazil da muita que há perdida perdida que ainda que de Pernambuco, Itamaraca, E Parahiba se tie quinhentos ou seiscentos homes não farão falta na terra por não cabere já E muitos deles, pode levar seu gado E criações que trazem em terras alheas. E já queirão ir por falta de embarcações o não fizeram e são costumados a ma vida. E ruins comeres, calejados dos Bichos e chagas, que são mui ordinárias os primeiros annos. nos homes que vão de ca E nelles são de mui pouca utilidade mais curarse e cõ estes se pude fazer os descobrimentos das Ilhas e deste reino pode tambe ir muita gente que se deve repartir em povoações a distancias, de conçoenta Leguas de hua a outras, E por muita que va sempre parecera pouca.⁶⁸

Utilizando o ponto de vista geopolítico, a incorporação dessa região ajudaria a solucionar alguns problemas pelos quais estava passando o governo de Felipe III. Deste modo, a ocupação do Maranhão faz parte das ações de construção para defender o litoral norte da América lus. Podemos perceber que algumas questões estão sempre presentes nas fontes, tais como: a expulsão imediata dos franceses; as providências travar o avanço dos

⁶⁶ “Offício de Alexandre de Moura ao rei Felipe II, em 24 de setembro de 1616.” *Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: AHU-ACL-CU-009, Cx. 1, D. 8.

⁶⁷ “Offício de Alexandre de Moura ao rei Felipe II, em 24 de setembro de 1616.” *Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: AHU-ACL-CU-009, Cx. 1, D. 8.

⁶⁸ “Offício de Alexandre de Moura ao rei Felipe II, em 24 de setembro de 1616.” *Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: AHU-ACL-CU-009, Cx. 1, D. 8.

ingleses e holandeses pelo litoral; a possibilidade de integração comercial entre Maranhão e as Índias de Castela, sobretudo com o Vice-Reino do Peru.⁶⁹ Foram vários os motivos que levaram a coroa portuguesa a criar o Estado do Maranhão. O sistema de defesa era fundamental na própria concepção desta nova unidade política. Por este motivo, houve dezenas de fundações e ocupações de fortes entre o período de dominação francesa e holandesa. O desejo da Coroa em efetivar a conquista, considerada tardia, se plasmou através do controle militar e fortificação. Na década de 1630, por exemplo, Bento Maciel Parente faz um relato sobre a composição espacial do Estado do Maranhão, concluía que:

A Provincia do Maranhão consta de 420 legoas de Costa nas quaes há quatro praças que são o forte da Cidade de são Luiz, cabeça do governo, o forte do para da Cidade de Belem; o forte do Rio Amaçonas e o forte do Seara, o Primr.^o terá 60 soldados pagos, e tem artelharia bastante, o segundo terá 50-soldados, e algua artelharia, e nos dous vltimos q são de terra, e faxina não haverá 30 soldados, nem mais q duas peças de artelharia de ferro de 4 liuras de balla, os quais forão feitos p.^a impedir o comercio dos naturaes com os inimigos q não são hoje de nenhu fruto. [...]⁷⁰

No mesmo documento, Parente deixa claro novamente a fragilidade das suas defesas:

A cidade de S. Luiz cabeça do Maranhão esta de prezente sem nenhua defença por ser aberta sem muro algu, e ter dous padraustos q a sogeitão de man.^{ra} q cada vez q for cometida sem se poder defender sera ganhada, p.^a remédio do qual he necess.^{rio} precisam.^{te} q se cerque ao menos de terra e faxina com seu fosso á custa dos moradores, e q nos ditos dous Padraustos se fação dous fortes da mesma calidade, as quais cousas serão fáceis de executar sendo VMg.^e servido de mandar escrever a Cam.^{rs} da dita Cidade q se animem a fazer esta fortificação p.^a defença sua. [...]⁷¹

Portanto, quando falamos em Estado do Maranhão, palavras como: proteção, fronteira e defesa são recorrentes. Neste sentido, um dos elementos fundamentais para garantir a ocupação deste território é seu sistema de fortificações.⁷² As fortificações que foram

⁶⁹ Ver mais em: CARDOSO, Alírio, Guerra híbrida no Atlântico Equinocial. Índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**. Goiânia, n.12, jul/dez, 2013. pp. 143-167. CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, n° 61. 2011. pp. 317-338.

⁷⁰ “Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. pp. 354 – 359. p. 354.

⁷¹ “Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. pp. 354 – 359. p. 356.

⁷² Ver mais em: BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiá, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de

construídas pelos portugueses na Amazônia tornaram-se, em sua maioria, centros formadores de vilas e cidades, que foram construídas em vários pontos do território. Deste modo, reuniam não só o aparato militar de defesa como os aquartelamentos. Temos como exemplo algumas construções de fortificações portuguesas no Maranhão: Forte de São Felipe, Forte de Itapecuru, Forte de Itapary, Forte do Calvário, Forte de São Marcos, Forte de Santo Antônio Da Barra. Entretanto, não foram apenas portugueses que construíram fortificações na região do Estado do Maranhão. Na região, funcionava uma bem organizada rede de fortificações holandesas que existiram desde o final do século XVI, e que inicialmente serviam apenas como posto avançado para o comércio, mas que no decorrer dos anos passaram a ter inúmeras outras funções.⁷³

2. Fortificações holandesas

A presença neerlandesa na Amazônia portuguesa é anterior à “Guerra do Brasil”, e que de acordo com a documentação remete-se ao final do século XVI. Nos primeiros anos de sua presença, as suas atividades estavam limitadas à construção de pequenos entrepostos comerciais nas margens de alguns rios, como o Amazonas e o Orinoco. O comércio praticado entre os europeus, principalmente entre os holandeses e os indígenas, modificou toda a circulação de mercadorias da região. Muitas vezes, este tipo de comércio dependia de interpretes indígenas que aprendiam as línguas europeias. Inicialmente, a comercialização de produtos tinha como característica a presença de pequenas empresas que operavam com baixos investimentos e projetos de curto prazo.⁷⁴ Nessa região, os neerlandeses, também conhecidos simplesmente como “rebeldes”, traficavam produtos que tinham algum valor comercial no comércio europeu, dentre os principais estão: a madeira, o tabaco, o algodão e o pau-de-tinta.

mestrado (História). UFPE, 2006.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX**. Belém. 1999. p. 129-193.

⁷³ VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.

⁷⁴ Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.; HULSMAN, Iodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

Em sua jornada para descobrir o Rio das Amazonas, no ano de 1616, o capitão Andre Pereira, ressalta algumas mercadorias que os gentios trocavam com os holandeses.

As mercadorias que este Gentio vende aos Olandezes sam algudam, tinta de Oroco, que he como Gram, algúa pitta e he este páo cotiara com outras sortes de madeiras, que nam faltão, tabaco, e dizem que há Castores, e estes Capitão francez que alii nos serve de lingoa disse lhe deram húa pelle de hu muy fina.⁷⁵

Corroborando com as informações citadas acima, em outro documento, o Capitão Manuel de Sosa Dessa descreve alguns produtos que eram traficados próximo das fortificações, “Los estrangeiros que alli van, carregan tabaco, grano, ó tigo, buenas maderas, mucha tierra em pipas. Dieron esta informacion la gente de uma caravela que los Inglezes llevaron al dicho Rio cargada de de Açucares [...]”⁷⁶ A intensa construção de fortificações, principalmente holandesas, se deu muito mais no período da guerra hispano-holandesa na região amazônica. Sendo que, a guerra na Amazônia tinha um diferencial em comparação com o Estado do Brasil, pois era uma guerra prioritariamente fluvial, ou seja, o uso alargado das canoas indígenas e o conhecimento do indígena sobre a navegabilidade dos rios, eram pontos de extrema importância para o desenvolvimento da guerra.

No ano de 1624 foi enviado ao rei, Filipe IV, um relatório elaborado pelo capitão da jornada Antônio Vicente Cochado sobre a “relação que fas Antonio Vicenti Cochado do descobrimento do rio das Almazonas, e Cabo do Nortí, que foi fazer por ordem de V. Mag^{de}.”⁷⁷ Neste documento, que foi elaborado no mesmo ano em que estava acontecendo a invasão holandesa a Bahia, o capitão Cochado saiu de Pernambuco “por mandado di Mattias d Albuquerque capitao Môr de Pernambuco, com ordem de V. Mag^{de}. em sua caravela di parti de sessenta toneladas em companhia de Luis Aranha capitão dela com maes 12 soldados.”⁷⁸ e chegou ao Grão-Pará no dia 20 de maio do mesmo ano, deixando a caravela em que estava, preferindo seguir caminho em barcos menores, por ser “mais conveniente.”⁷⁹ Desta forma, partiu do Pará para o descobrimento do Rio Amazonas, no dia 11 de junho de 1623, com índios necessários para a completar a jornada. O interesse da missão era conhecer e combater

⁷⁵ “Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descuberto”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 255 – 259. p. 258.

⁷⁶ Derrota del Rio de las Amazonas, dada por el Capitan Manuel de Sosa Dessa al Señor Virrey. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 277 – 279. p. 278.

⁷⁷ “Relação que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V. Mag^{de}”. 27 de Julio de 1624. AGS, Secretarias Provinciales, 1467, fl^o 688-691v. fl. 668

⁷⁸ Id.

⁷⁹ Id.

as fortalezas neerlandesas instaladas nos rios da região. Segundo explica o capitão Cochado:

Partimos do dito Pará ao descobrimento em 11 de Junho de 1623 com o dito barco e Lancha e com quarenta canoas, de que nos deu parte o capitão Môr do Pará, e as outras fomos adquirindo pello discurso na viagem, e os Indios necessários, e soldados que levamos do Maranhão, e o com o Pe. Frey. Christovao Capucho por cuja ordem se ajuntarao as demais canoas, pella obediencia que lhe tem o Gentio, e nelas levamos como quatrocentos frecheiros.⁸⁰

Antes de encontrarem a primeira fortificação holandesa, segundo consta no documento, rezaram uma missa e conseguiram maior apoio indígena por meio da troca de produtos e de dádivas e “logo se lhes derao suas dadivas de regatis, que V. Mag^{de}. mandou como são machados, fources, espelhos e camisas e outras causas deste modo que eles jamais os tinham.”⁸¹ Continuando o descobrimento do território amazônico, Vicente cochado relata ademais que:

Fomos navegando com barco, Lancha e canoas ditas e chegamos a Matorãs, que é a primeira fortaleza dos olandezes. Antes de chegar a esta as nossas espiãs que hião diante tiveram encontro com m^{uito} gentio que estava em cilada metendo-se nas suas canoas os nossos lhe deitarão uma sua no fundo, e as mais fugirão por se de noite, e só a gente da dita canoa foi morta pelo Gentio, e dos nossos farão feridos, três ou quatro. Chegamos a Matorãs, onde fomos amanhecer a 16 do dito mês de Junho debaixo da fortaleza, de modo que não tiveram lugar de avisar ao seu gentio, nem a outra fortaleza de que lhe tinham tomado as portas, enviamos uma canoa à fortaleza em rompendo o alvo a com uma bandeira branca: o recado foi que despejasse as terras, que eram do Rei de Espanha e não do Conde Mauricio.

Cochado, então, confirma a existência de dois fortes holandeses, cujo nomes são Maturu e Nassau. As fortalezas funcionavam com o intuito de garantir a defesa do território, mas também eram postos avançados para envio furtivo de mercadorias para o mercado europeu. A primeira fortificação encontrada é chamada de Maturu, sobre ela o capitão Cochado explica que:

[...] foi o capitão tomar posse da fortaleza e se lhe entregarão as chaves dela, com todo os despojos que eram negros de Angola e Indios e resgate de toda a sorte, e algodão e tabaco e artilharia. Os holandeses eram 14 e logo se

⁸⁰ “Relação que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V. Mag^{de}”. 27 de Julio de 1624. AGS, Secretarias Provinciales, 1467, fl^o 688-691v. fl. 668

⁸¹ Ibid., fl. 669

ordenouse arrazasse a fortaleza e se queimasse como, fez queimando também as armas do Conde Mauricio que ali estavam postas.⁸²

No mesmo dia, partiram para encontrar a segunda fortaleza, cujo nome era Fortaleza de Nassau. Esta era uma das fortificações que melhor funcionavam com auxílio indígena. Segundo consta no documento, os aliados dos portugueses conseguiram invadir o forte e confiscar uma serie de produtos, que davam uma boa ideia do tipo de negócio que faziam os holandeses naquelas terras distantes. Sobre o tema, Cochado relata que:

Partimos aquele mesmo dia a noite a para a fortaleza de **Nassau**, que está dali a léguas, no caminho encontramos as nossas canoas conseguidas da fortaleza onde íamos e pondo-se em fugida as nossas lhe deram caça e delas atacam duas que meterão no fundo matando todos os que iam nelas que eram Indios, que seriam cinquenta, deixando só uma moça para sabermos ao que iam suas canoas e o que se passava na fortaleza. [...] Este dia nos atrincheiramos perto da fortaleza com a lancha e as nossas canoas, com nossas trincheiras as espiãs toda a noite para que se alguém saísse da fortaleza os cativássemos para sabermos o que se passava, mas não se via nenhum que tão medrosos estavam, visto as duas embarcações e quarenta canoas que levamos faziam muito pavor; e em vindo o dia esclarecendo, quinta-feira, 17 do dito mês foi a canoa a terra com bandeira branca com recado que logo despejassem as terras de V. Mag^{de}. se não os oporíamos a fogo e sangue; com isto e com saberem que levamos os seus da sua outra fortaleza, pediram as vidas, veio um a bordo com o recado, e indo com a resposta, se vieram embarcar todos, deixando as armas, e segurando-os como os demais foi o capitão e escrivão, fomos posse da fortaleza e esse lhes entregamos as chaves, recolhera-se os espojos, que eram negros de Angola, muita ferramenta e Indios e outras coisas, e estilharia que era uma peça de boca de Ferro coado, uma roqueira m^{to} grande e outras pequenas, muitos mantimentos para os soldados a saber farinha e porcos mansos que criavam, m^{tos} pombos, m^{to} peixe boi seco e outros mantimentos. Foi arrazada a fortaleza e queimada, como fizemos à outras e Matôras, era mais forte e tinha outra tanta gente como a outra: Aqui estivemos os 19 do dito mês de junho.⁸³

Outros relatórios portugueses corroboraram as informações prestadas pelo capitão Cochado, acrescentando outros dados. Na relação escrita por Luís Aranha de Vasconcellos, um dos principais coordenadores da campanha contra os holandeses na Amazônia, nos relata também sobre as atividades dos holandeses na região, enfatizando a existência de escravos africanos trazidos pelos holandeses ao Cabo do Norte. Segundo afirma o capitão Vasconcellos:

⁸² Ibid., fl. 670

⁸³ Ibid., fl. 670-671.

Principiei o descobrim.¹⁰ e no discurso dele fis pazas e domei a obediência de vmg.^{de} m.¹⁰ numero de gentio E o persuadi a que me acompanhasse Com suas Canoas E arrmas e Com ele Rendi e tomei duas fortalezas aos olandezes que naquele gran Rio tinhão situadas, hua chamada matutu E outra nasau Cativandos a todos e senhoreandome de artilharia arrmas moniços E escravos de angola de tinhão [...] ⁸⁴

Em seguida, o capitão Luís Aranha de Vasconcellos ressalta a importância de construir uma fortificação permanente na região amazônica, bem como nomear oficiais e capitães de infantaria. Para Vasconcellos, a militarização da região não poderia ser feita sem o elemento indígena, quer seja como guerreiro, quer seja em atividades de logística. Segundo diz:

Mandara o que for servido, avertinto que para esta pação ter efeito e se fazer naquela costa norte a fortaleza de vmg.^{de} encarregar particularmen.^{te} o apresto ao g.^{or} do brazil dandolhe pera isso jurdição bastante e pera eger e prover os capitais de infantaria e mais ofesiaes necessários a Conquista e lhe nomear os ordenados Conforme aos mais daquele estado [...] estes índios ão de ser os gastadores com que se hade fazer as trincheiras cavas e todo o serviço da fortaleza cortando e trazando as madeiras e materiais nesarios E parese que pois lhe da, (ne pode ser) mantim.^{10s} ne outro soldo que aja bugiarias, Camizas e ferramentas. ⁸⁵

O capitão Cochado, em seu relatório, deixa claro que antes de qualquer abordagem mais direta, solicitava aos índios que fizesse o reconhecimento da localidade. Portanto, esses indígenas eram sempre enviados no período da noite em canoas leves, para então, conseguir todo tipo de informação sobre a organização das forças batavas. Utilizando a multifuncionalidade das canoas de guerra, o ataque às fortalezas holandesas foi rápido. Segundo o relato do Capitão Cochado, os neerlandeses não estavam na região amazônica necessariamente por conta do açúcar, mas, por toda a variedade de produtos da região, e também por conta das supostas ligações inter-regionais com as Índias de Castela.

O segundo relatório da jornada, escrito por Luís Aranha de Vasconcellos, confirma que os prisioneiros neerlandeses acabaram confessando, depois de serem rendidos, que tiravam da região entre 12 a 15 navios cheios de mercadoria local, principalmente algodão, tabaco e madeiras. Todo esse carregamento tinha como objetivo: o mercado europeu.⁸⁶ A jornada de descobrimento do Rio Amazonas foi registrada em um precioso mapa, organizado

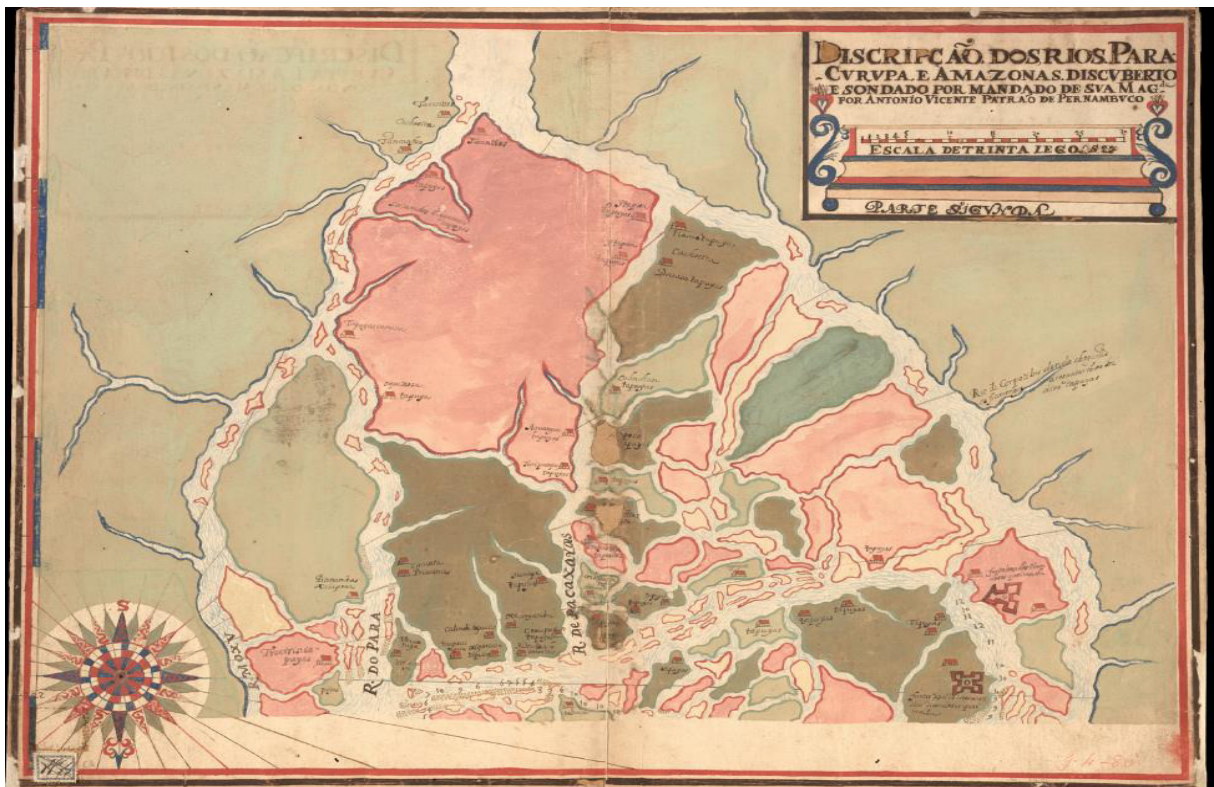
⁸⁴ “Informações de Luis Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 391 – 394. p. 392.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 393 – 394.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 393.

pelo capitão Cochado. Nele, é possível ver certas características, imaginárias muitas delas, das fortificações holandesas.⁸⁷

⁸⁷ “Discripção dos rios Pará, Curupá e Amazonas descuberto e sondado por mandado de sua Mag.de”. Antonio Vicente Cochado, 1623. Fundação Biblioteca Nacional (catálogo de mapas). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004842/cart1004842.pdf.



“Discripção dos rios Pará, Curupá e Amazonas descuberto e sondado por mandado de sua Mag.de”. Antonio Vicente Cochado, 1623. Fundação Biblioteca Nacional (catálogo de mapas). Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004842/cart1004842.pdf

No mapa em questão, é possível perceber diversos detalhes das fórmulas próprias dos mapas da época, mas também alguns pontos específicos, as inúmeras ilhas, a localização dos rios e dos grupos indígenas aliados. Evidentemente, as fortalezas ganham destaque. Na parte superior do mapa, está localizada a cidade de Belém, logo em seguida, a representação de sua fortaleza, que tinha como característica principal a composição de quatro *baluartes de orelhões*. Na parte inferior do mapa, Cochado demonstra exatamente a chegada dos holandeses pelo rio Corpotibes. Aparece no mapa também as duas principais fortalezas neerlandesas as quais estavam localizadas em ilhas distintas.

Nos demais documentos disponibilizados sobre fortificações holandesas na região amazônica, não há indícios seguros sobre os materiais utilizados nas construções, nem o estilo e sua as dimensões. Entretanto, de acordo com a análise da documentação disponível, tudo nos leva a crer que as fortificações eram construídas de taipa de pilão, sendo reforçada com madeira de lei e com poucas pedras. Estas fortificações também eram pensadas com o objetivo de servirem como zonas portuárias.

A seguir, discutiremos uma das questões mais relevantes deste trabalho: a participação indígena na construção e manutenção das fortalezas holandesas. Três pontos merecem atenção: as táticas para obtenção do apoio das lideranças nativas; a participação indígena na construção das fortalezas e a participação dos índios no comércio com os holandeses, mas também com os portugueses.

3. Índios fortificados

Um dos aspectos mais relevantes da guerra hispano-holandesa⁸⁸, no Estado do Brasil, assim como no Estado do Maranhão e Grão-Pará, é a nova forma de representar o índio, agora como aliado e potencial soldado nas guerras entre os europeus. Estes guerreiros ganhavam vantagens nesta nova representação. Assim, poderiam negociar o seu valioso o apoio militar,

⁸⁸ A internacionalização da guerra mundial hispano-holandesa, se insere no período de união das coroas católicas, e foi de fato uma mudança significativa na política econômica dos Países Baixos, que de uma hora para outra, passaram de uma economia frágil e local (ou regional) para, ao longo de todo o século XVI, fundar um império mercantil. No ano de 1581, sete dessas províncias que formavam o que chamamos de Países Baixos, lideradas por uma oligarquia urbana e por uma atividade marítima crescente, se proclamaram livres de qualquer dever de vassalagem relacionado ao governo espanhol. A partir de então, as Províncias Unidas dos Países Baixos tomaram posse de áreas estratégicas pertencentes aos espanhóis e portugueses. Ver mais em: CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**.2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.; MEIRELLES, Mário. **Holandeses no Maranhão (1641-1644)**. São Luís: EDUUFMA, 1991.

de modo que influenciariam diretamente qualquer conflito que tivesse lugar na região. Assim, qualquer nação indígena poderia escolher literalmente qual lado da guerra lutar, de acordo com os benefícios auferidos. Uma das consequências dessa nova dinâmica é a predisposição para dar aos índios favores, dádivas e mercês reais. O governador Bento Maciel Parente, na década de 1630 ressalta a importância de tais favores:

Dis o governador do Maranhão Bento Maciel Parente que sempre foi costume mandarem se dar dadivas em nome de v. majestade aos principais e cabeças de povos dos índios no tempo das conquistas do Brazill he maranhão e hoje a mais mayor rezao [...] ⁸⁹

Representativo da nova importância do guerreiro indígena em tempos de guerra é o fato de ser o então governador do Maranhão um dos principais caçadores de índios. Bento Maciel Parente era conhecido por suas tendências escravistas, no que diz respeito aos índios. Entretanto, Parente considerava de extrema importância oferecer aos “índios principais” toda sorte de promessas e dádivas, de modo a não perder um apoio que ele sabia que os holandeses já tinham. O fato era que não havia combatentes europeus suficientes na guerra hispano-holandesa. Outras opções foram até pensadas para resolver o problema: o envio de degredados do Estado do Brasil; ou o envio de combatentes castelhanos e napolitanos. Contudo, em função das distâncias e dos excessivos gastos portugueses e holandeses sempre compreendiam a guerra no Maranhão e Grão-Pará como uma guerra híbrida, meio indígena, meio europeia. Bento Maciel Parente, em outro momento, destacava exatamente essa peculiaridade:

Que por estarem aquellas praças m.^{to} faltas de gente, e de munições se sirua VMg.^c de mandar se embarquem p.^a ella 200 homens e não auendo pagos todos se possão tirar das cadeas os q parecerem mais apreposito como já se fez, e os leouo o Capitão M.^{el} de Sousa dessà e aprouarãolha muy bem, e justamen.^{te} algúas munições especialm.^{te} de poluora, e ballas, e seis artilheiros em q entre algum q saiba fazer estromentos de fogo p.^a queimar nauios, e q da mesma man.^{ra} se mandarem dar enxarcias, velas e algúa artelharia meuda p.^a la se poderem fazer quatro nauios de Remo q andem pelas bocas daqueles Rios impedindo a desembarcação aos inimigos, e leuem os socorros onde conuier q serão de m.^{to} grande efeito por não poderem as canoas aly há sahir dos Rios Respeito de serem m.^{to} pequenas.⁹⁰

⁸⁹ “REQUERIMENTO do governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos índios principais, no sentido de se obterem aliados”. 9 de Outubro de 1637. AHU, Maranhão (avulsos), cx 1, doc. 116.

⁹⁰ Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. pp. 354 – 359. p. 356

Neste sentido, a solução para essa falta de combatentes no Estado do Maranhão já era conhecida: o uso do apoio indígena:

Couza he bem entendida, que toda a defesa, e forças da Conquista do Maranhão e parâ, consite no gentio, e Indios moradores naqueles grandes Rios, e Lagos, porque estando em amizade, e confederação com os Portuguezes, não haverá poder dos inimigos olandezes, nem outras nações estrangeiras, que os possam conquistar, e trazer a sua amizade: sendo pelo Contrario, que estando contra nós e vindo qualquer nação do Norte, se meterão com eles, e se tornarão contra nós, o que sera total destruição dos Portuguezes e de todo aquelle estado, ficando impossível a S. Mag.^{de} podellos tomar, e reduzir ao estado, e obed.^a em que presente estão, o qual he de estarem todos muy sogeitos, porque tem isto experimentado, que sempre os Portuguezes fizeram guerra aos estrangeiros, que entre eles quizerão habitar, e fazerem suas lavouras de tabaco, e que sempre forão desbaratados, tomando-lhe suas fazendas, e armas, e fortificações [...]⁹¹

O receio de perder o apoio bélico nativo é bastante presente na documentação de época, tanto portuguesa, quanto holandesa. Jacome Noronha, por exemplo, em uma “relação” sobre a melhor forma de conservar o Maranhão em poder português, não deixa de falar sobre a importância da amizade do indígena. Segundo o capitão:

[...] he de tanta importância a Conservação, e amizade destes gentios, e Indios, bem he, que se trate muito dos modos, e meyos mais convenientes, que pode haver, para os ter pacíficos e em nossa amizade, porque como eles de sua natureza são vários, E de pouca fé, só as pessoas, que tem muito trato, e experiência deles poderão acertar o modo de sua conservação [...]⁹²

Na documentação, fica evidente também que a capacidade bélica do nativo não era só um argumento de convencimento. Os índios eram, de fato, excepcionais combatentes. No entanto, outros aspectos também são citados pelos portugueses, a sagacidade do índio, assim como a facilidade na elaboração de instrumentos de guerra. Por outro lado, com já foi dito, os índios também eram responsáveis em fornecer os mantimentos e estabelecer uma comunicação rápida entre as capitânicas distantes. Por isso, o padre Luís Figueira, da Companhia de Jesus, faz uma alusão direta aquilo que ele considerava ser uma dependência completa dos portugueses com relação aos serviços prestados pelos nativos. Segundo o jesuíta:

⁹¹ “Relação de Jacome Raymondo de Noronha, sobre as causas pertencentes a conservação, e augm.^{to} do estado do Maranhão”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI**. Rio de Janeiro, 1905. pp. 435- 441. p. 437-438.

⁹² *Ibid.*, p. 436.

A obrigação que sua Magestade lhe tem, he, que nas guerras que se offerecerão com Olandeses, ; ingleses naquelas partes, ajudão, ; ajudarão sempre aos Portugueses, assi com suas armas, como dandolhe,; administrando-lhe todos os mantimentos de farinha, carne,; peixe, remamndo sempre as canoas de guerra, sem que sua Magestade gaste nada, nem os portugueses. E lhes fazem todos os mais serviços, ; tudo isso sem galardão.⁹³

Outro aspecto que caracteriza tal dependência é o uso onipresente da canoa indígena. A canoa, como foi dito, era ao mesmo tempo barco de guerra e navio de comércio. Os índios que as pilotavam eram os únicos guias, sem os quais portugueses e holandeses não poderiam navegar. Apesar da grande engenhosidade do índio, na construção de instrumentos e canoas, uma das maneiras mais eficazes de dispor dos grandes contingentes de soldados indígenas era a oferta de ferramentas às lideranças indígenas. Por isso, a cada ano os índios que se destacavam como *índios principais*, deveriam prestar amizade com os governadores e capitães das Capitâneas.

[...] obrigando aos principaes, que vão dar cada anno a obediência ao Governador e ao Capitão mor do Para para Confirmarem as amizades, e verem eles a nossa força, com isto estarão sempre firmes em nossa amizade e não admittirão a dos inimigos estrangeiros, ainda que os venhão Commeter com dadivas de ferramentas de que são muito amigos com temor, que terão de nossas Armas, que sempre naquelas partes forão victoriosas acompanhadas com os Religiosas de S.^{to} Antonio, e Com temor de serem castigados se tiverem amizade com os estrangeiros, com mortes, e Cativeiros, como ateagora farão os que com elles as tiverão, e com este temor estarão sempre firmes em nossa amizade [...]⁹⁴

Dentre os militares portugueses, o que mais conhecia as táticas de guerras dos índios era Martim Soares Moreno, capitão da Capitania do Ceará. Existem várias histórias sobre como ele conhecia as táticas indígenas de diferentes nações. Relatam que nas batalhas que enfrentou os holandeses, no Estado do Maranhão e no Estado do Brasil, ele se misturava aos indígenas como se fosse um deles, organizando ataques noturnos e encarava a infantaria inimiga. O capitão Jacome Raimundo de Noronha faz um resumo da importância de Moreno com guerreiro e intermediário junto aos índios:

E por zello que tenho da Conservação do dito gentio, digo, que ninguem poderá melhor conservallo, e governalo, que o Capitão Matim soarez moreno por ter de muitos annos experiência do modo, como se querem tratados, estes gentios, e Como esteve muitos annos por Capitão Mor do Siara, em indo agora por Governador do estado do Maranhão, tomara com

⁹³ “Memorial sobre as terras e gente do Maranhão & Grão Pará & Rio Amazonas. 637.” In: LEITE, Serafim. *Luiz Figueira, sua vida heroica e sua obra literária*, p. 208.

⁹⁴ Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI. Op. Cit., p. 439.

muita facilidade o dito Siara do poder inimigo olandez em que esta, e servira de grande credito para com todo mais gentio, assi do Maranhão, Como do gram Para, com que o dito Martym soares pelo bom modo, que tem em os ter obedientes ao serviço de S. Mag.^{de} entendo, que ninguem melhor que elle poderá governar aquelle estado, assy para aumento daqueles vassallos de S. Mag.^{de} como para a Conservação, e quietação do gentio, e aldeas do Indios [...]⁹⁵

Martim Soares Moreno, foi considerado um dos mais importantes capitães da época, sendo de fundamental importância na guerra hispano-holandesa, principalmente no que tange a sua imagem de soldado híbrido. No entanto, sua habilidade e de Matias de Albuquerque, os tornavam exímios conhecedores das estratégias de guerra indígena. Deste modo, o desenvolvimento da guerra contra os holandeses, foi também uma grande oportunidade de ascensão política para alguns indivíduos, a exemplo de alguns chefes militares indígenas que atuavam como *principais* no decorrer da guerra, assim como, o aparecimento de pessoas importantes no trato com os indígenas, e também, como ponto principal, a figura do indígena enquanto soldado atuante e como líder no decorrer da guerra hispano-holandesa no território do Estado do Maranhão.

⁹⁵ Ibid., p. 440.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa é possível chegar a algumas conclusões acerca do estabelecimento da rede de fortalezas holandesas no Estado do Maranhão. Em primeiro lugar, esse é um tema que merece mais pesquisas e precisa ser integrado aos atuais estudos sobre a presença holandesa na América, principalmente na comparação com o Estado do Brasil. Da mesma forma, no Maranhão, as pesquisas referentes ao estudo de fortificações ainda são incipientes. A primeira grande conclusão da pesquisa é sobre a estrutura das fortalezas, que também diz muito sobre a estratégia holandesa na região. No Grão-Pará e no Cabo do Norte, as construções eram híbridas, feitas com técnica europeia e indígena, com a utilização de madeiras, terra, mas também pedras. Isso quer dizer que para a construção destas estruturas, os holandeses teriam que estabelecer acordos variados com os índios em busca de mão de obra e apoio logístico. Por outro lado, é importante ressaltar também que as fortalezas contavam com mercenários ingleses e irlandeses e funcionavam como perfeitos postos avançados para a navegação inter-regional.

Ao longo de toda a primeira metade do século XVII, podemos verificar como aconteciam essas invasões ao norte da América lusa, e como os holandeses se organizavam, uma vez que eles eram muito mais sistemáticos no que tange a organização militar, principalmente marítima em comparação com os portugueses.

No decorrer da pesquisa foi possível compreender melhor a importância do índio no contexto da guerra hispano-holandesa. O guerreiro nativo foi um aliado fortíssimo, pois além de conhecer toda a região, também tinha total controle sobre as rotas dos rios. O índio desempenhou uma função de extrema importância na guerra fluvial, pois a maioria do sistema fluvial amazônico não era viável para navios de grande porte portugueses, espanhóis ou holandeses. Na documentação analisada, ficou evidenciada a capacidade bélica dos grupos indígenas aliados, exímios lutadores na luta corpo a corpo, sagazes no manuseio de instrumentos como o arco e a flecha, entre outros apetrechos próprios para uma guerra de emboscada.

Contudo, havia diferenças entre as fortificações. Primeiramente, é necessário ressaltar que fortes e fortalezas não são sinônimos e sim categorias dentro dos estilos da fortificação europeia. É necessária, então, uma definição mais clara a respeito dessas categorias de fortificação. Assim, as chamadas fortalezas são estruturas maiores, mais estáveis e

permanentes, com seus elementos externos que aumentavam seu valor defensivo. Já os fortes são de grande porte por terem a capacidade de se defender por todos os lados por períodos longos de tempo, mas não possuem todos os elementos que compõem as fortalezas.

Mas, ainda restam algumas perguntas. Qual o papel que desempenhavam na época essas fortalezas? Estas estruturas funcionavam como postos avançados para o comércio europeu numa região entre o Estado do Brasil e bem próximo do Caribe. Como se sabe, os holandeses consideravam a região caribenha como alvo principal da sua guerra aos espanhóis. O Maranhão, assim como a Guiana eram pontos possíveis de serem explorados, pois não contavam com grande aparato de segurança, em comparação com as Antilhas e o caribe espanhol. Pois, como vimos nas fontes disponíveis, existiram várias estruturas que tiveram uma função de extrema importância para a conquista e defesa do território, assim como também, tinham a função de postos avançados de comercialização de produtos e navegação entre outras fortificações.

Portanto, para os holandeses a importância destas fortificações estava na sua função estratégica: que era experimentar com o comércio e tentar encontrar novas rotas entre o Atlântico norte e a Europa. Também outra experiência valiosa foi contar com o apoio indígena. Os holandeses sabiam que o futuro domínio da região não seria efetivo sem os acordos com as lideranças indígenas, chamadas de “índios principais”. Por fim, este trabalho tentou contribuir para alguns aspectos pouco conhecidos da História Militar do Maranhão e Grão-Pará. É apenas uma pesquisa prévia que deve ser melhor desenvolvida em trabalhos futuros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes digitalizadas

“Relação de Jacome Raymondo de Noronha, sobre as causas pertencentes a conservação, e augm.^{to} do estado do Maranhão”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 435- 441.

“Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 354 – 359.

“Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 255 – 259. p. 258.

“Derrota del Rio de las Amazonas, dada por el Capitan Manuel de Sosa Dessa al Señor Virrey. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 277 – 279.

“Informações de Luis Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas”. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XXVI.** Rio de Janeiro, 1905. pp. 391 – 394.

“Discripção dos rios Pará, Curupá e Amazonas discuberto e sondado por mandado de sua Mag.de”. Antonio Vicente Cochado, 1623. **Fundação Biblioteca Nacional (catálogo de mapas).** Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004842/cart1004842.pdf.

“Memorial sobre as terras e gente do Maranhão & Grão Pará & Rio Amazonas. 637.” In: LEITE, Serafim. **Luiz Figueira, A Sua Vida Heroica e a Sua Obra Literária.** Lisboa: Agência Geral das Colônias 1940. 251p. Broch.

Fontes Manuscritas

“CARTA do governador do Maranhão, Luís de Magalhães, ao rei D. João IV, em que solicita artilharia e munições para o forte que está construindo, informando sobre o estado em que se acham aquela praça e queixando-se dos párocos e religiosos que alia se encontravam. ” São Luís do Maranhão, janeiro de 1650. AHU, Maranhão (avulsos), cx. ,doc. 283.

“CARTA do capitão-mor António Moniz Barreiros ao rei Filipe III, sobre as necessidades de munições e ajudas de custo para a defesa da capitania, incluindo uma relação dos provimentos de Francisco Coelho Carvalho na construção e manutenção de algumas fortalezas. ” Maranhão, 6 de fevereiro de 1524. AHU, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 74.

“Carta de Don Diego de Carcamo a Juan de Ciriça”. Lisboa, 1º de março de 1620. AGS, Estado K (Francia), 1477.

“Discripção dos rios Pará, Curupá e Amazonas descuberto e sondado por mandado de Sua Mag.de”, Antonio Vicente Cochado, 1623. Fundação Biblioteca Nacional (catálogos de Mapas). Disponível em: www.catcd.bn.br.

“Los advertimientos siguientes Por V. Mag.d Catholica sobre la Enpresa de Gaspar Chillan o la poblacion de irlandesses en el Rio de la Amaçonas y costa de guiana”. Biblioteca Nacional de España [doravante BNE], mss 4163, flº 58. Esta proposta foi, entretanto, recusada pelo Consejo de Estado.

“OFÍCIO do capitão-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao rei Filipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís. Faz referências ao estado geral do Maranhão; ao estabelecimento de índios em Tapuitapera; ao reconhecimento de alguns rios e ilhas; à qualidade das terras e à importância do povoamento desta região.” Lisboa, 24 de setembro de 1616. AHU, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 8.

“OFÍCIO do Capitão-mor, Francisco de Moura, para o Conselho da Fazenda, sobre o pedido de embarcações, artilharia, mantimentos, roupas e botica para o Maranhão”. Lisboa, 2 de Junho de 1623. AHU, Maranhão (avulsos), cx. 1, doc. 56.

“Relação que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Almazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V.Magde”. 27 de Julho de 1624. Archivo General de Simancas [Acervo privado do orientador], Secretarias Provinciales, 1467, flº 688-691v.

“REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei [D. Filipe II], a pedir meios para reconstruir a fortaleza, soldados e seus oficiais, armas, munições e pólvora para defesa dos ataques dos holandeses e franceses, e escala dos navios que do estado do Brasil vão ao do Maranhão”. Ceará, Maio de 1619. AHU, Ceará (avulsos), cx 1, doc. 3.

“REQUERIMENTO do capitão do presídio do Grão-Pará, Manuel de Sousa de Eça, para o rei [D. Filipe III], a solicitar a adoção de um regimento particular para o governo que vai assumir; a mudança da localização da fortificação de madeira; esclarecimentos se deverá ir pessoalmente fazer o descobrimento do Cabo do Norte e pôr fim às feitorias e expulsar os estrangeiros; e o envio de munições e pessoal especializado, de uma botica e cirurgião e bandeira e tambores para a capitania do Pará”. 13 de Janeiro de 1623. AHU, Pará (avulsos), cx. 1, doc. 23.

“REQUERIMENTO do governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos índios principais, no sentido de se obterem aliados”. 9 de Outubro de 1637. AHU, Maranhão (avulsos), cx 1, doc. 116.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos das fronteiras: histórias, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 66-79.

BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: Território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Fernando; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. p. 19-42.

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDIM, Pedro. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. **Hispania**, vol. LXIV, nº 216. janeiro-abril, 2004. pp. 117-156.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Amazônia na guerra hispano-holandesa: comparações com a guerra do Brasil. (1598-1655). In: **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos / Colonização e mundo atlântico**. Rafael Chambouleyron (Org.). Belém: Editora Açaí. Volume 2. 2015. pp. 15-23.

CARDOSO, Alírio, Guerra híbrida no Atlântico Equinocial. Índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**. Goiânia, n.12, jul/dez, 2013. pp. 143-167.

CARDOSO, Alírio. “A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61. 2011. pp. 317-338.

CARDOSO, Alírio. “Un piccolo pataccio al rio dell’amazzoni”: pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da Monarquia Hispânica”. **Revista Histórica**. São Paulo, jan.-jun., 2014. n. 170. pp. 175-199.

CARDOSO, Alírio. Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio. BASTOS, Carlos Augusto. Nogueira, Shirley Maria Silva. **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CRV 2015. p. 33-72.

CARDOSO, Alírio. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. 2012. 435f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História Medieval, Moderna, Contemporânea y de América, Universidad D’ Salamanca, Salamanca, 2012.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Fecho do império: História das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo do**

Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – século XVIII/XIX. Belém. 1999. p. 129-193.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1990

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **Para aumento da conquista e bom governo dos moradores:** O papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Niterói: Tese de doutorado (história) apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2011.

do indigenismo”. Tese de livre docência (história) apresentada à *Universidade*

ELLIOTT, John. **Espanha, Europa y el mundo de ultramar** (1500-1800). Madrid: Taurus, 2009.

EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlântico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUSA, Geroge F. (orgs). **El Desafio Holandés al dominio ibérico en el siglo XVII**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 17-23. *Estadual de Campinas*, 2001.

FOUCAULT, Michel. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. 1976. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. Coleção: Ditos & Escritos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2006, v.4. p. 173-185.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Editora: Vozes. Rio de Janeiro. 2012. p. 131 – 163.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo/ Belo Horizonte. Editora: EDUSP/ Editora: UFMG. 2014. p. 41-48 / 429-432.

HULSMAN, Iodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, vol. vI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.

MARQUES, Guida. O estado do Brasil na União Ibérica. dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, nº. 27 (2002), pp. 7-35.

MEIRELLES, Mário. **Holandeses no Maranhão** (1641-1644). São Luís: EDUUFMA, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/edusp, 1975.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: O caso da capitania de Pernambuco (1654- 1701)**. Dissertação de mestrado (História). UFPE, 2006.

MOTA, Antônia da Silva & MANTOVANI, José dervil. **São Luis do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias**. São luis: Edições FUNC, 1998.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. **O príncipe pacífico: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira**. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

PARKER, Geoffrey. **La revolución militar**. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800. Madrid: Alianza Editorial, 2002

POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil**. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo. Editora: Alameda. 2013. p. 171-198.

QUEIROZ PRATA, Maria Catharina Reis. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2011, p. 127-145.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415 – 1808)**. Algés: DIFEL, 1992.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal. **Tempo**, vol. 12, nº 24 (2008), pp. 201-223.

VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.